

A ocupação da Idade do Ferro de Lisboa (Portugal): novos dados sobre as intervenções realizadas no Largo de Santa Cruz do Castelo

LISBON'S IRON AGE OCCUPATION (PORTUGAL): NEW DATA FROM THE EXCAVATIONS IN LARGO DE
SANTA CRUZ DO CASTELO

FECHA RECEPCIÓN

20/03/2023

FECHA ACEPTACIÓN

18/07/2023

Elisa de Sousa

Uniarq (Centro de Arqueologia)

Faculdade de Letras

Universidade de Lisboa

e.sousa@campus.ul.pt  0000-0003-3160-108X

(Autor responsável pela correspondência)

Sandra Guerra

smsguerra70@gmail.com  0009-0009-6837-5670

Resumo Neste trabalho apresentam-se os dados estratigráficos e materiais resultantes de uma escavação de arqueologia urbana efectuada no topo da Colina do Castelo de São Jorge (Lisboa, Portugal), correspondente ao núcleo primário da ocupação da Idade do Ferro. Foram documentadas cinco fases de ocupação, integradas cronologicamente entre o século VII e IV a.C. O espólio recuperado nos níveis conservados, que engloba ânforas, cerâmicas de engobe vermelho, cerâmicas cinzentas, comuns e pintadas, e também produções manuais e alguns escassos artefactos metálicos, é analisado na sua globalidade. Foram totalizados mais de 780 indivíduos, correspondendo a um dos maiores conjuntos artefactuais recolhidos, até ao momento, na cidade.

Os dados obtidos permitem tecer algumas considerações sobre a evolução deste núcleo ao longo do 1º milénio a.C., colmatando algumas lacunas do seu faseamento e consolidando as seriações artefactuais e cronológicas para o Baixo Tejo.

Palavras-chave Extremo-ocidente, 1º milénio a.C., colonização fenícia, cultura material, faseamento.

Abstract This work presents the stratigraphic and material data resulting from an urban archeological excavation carried out at the top of the Hill of Castelo de São Jorge (Lisbon, Portugal), which corresponds to the primary nucleus of the Iron Age occupation. Five phases of occupation were documented, chronologically integrated between the 7th and 4th centuries BC. The assemblages recovered from the preserved levels, which include amphorae, red slip, gray, common and painted wares, as well as handmade productions and a few metallic artefacts, are analyzed in their whole. More than 780 individuals were counted, corresponding to one of the largest collections of Iron Age artefacts so far collected in the city.

The data obtained allow us to make some considerations about the evolution of this site throughout the 1st millennium BC, filling some gaps in its phasing and consolidating the artefactual and chronological repertoire for the Lower Tagus.

Keywords Far-West, 1st millennium BC, Phoenician colonization, material culture, phasing.

1. INTRODUÇÃO

A ocupação da Idade do Ferro da Colina do Castelo de São Jorge (Lisboa, Portugal) é uma das realidades mais emblemáticas deste período no Ocidente Peninsular (fig. 1). Este carácter particular advém não só do facto de corresponder a um dos povoados mais extensos conhecidos nesta região, com uma área estimada entre 15 e 20 hectares (Arruda, 1999-2000, p. 129; Sousa, 2017, p. 301), mas também devido à sua possível integração no reduzido elenco das colónias fenícias da fachada atlântica (Sousa, 2015; Sousa, 2018).

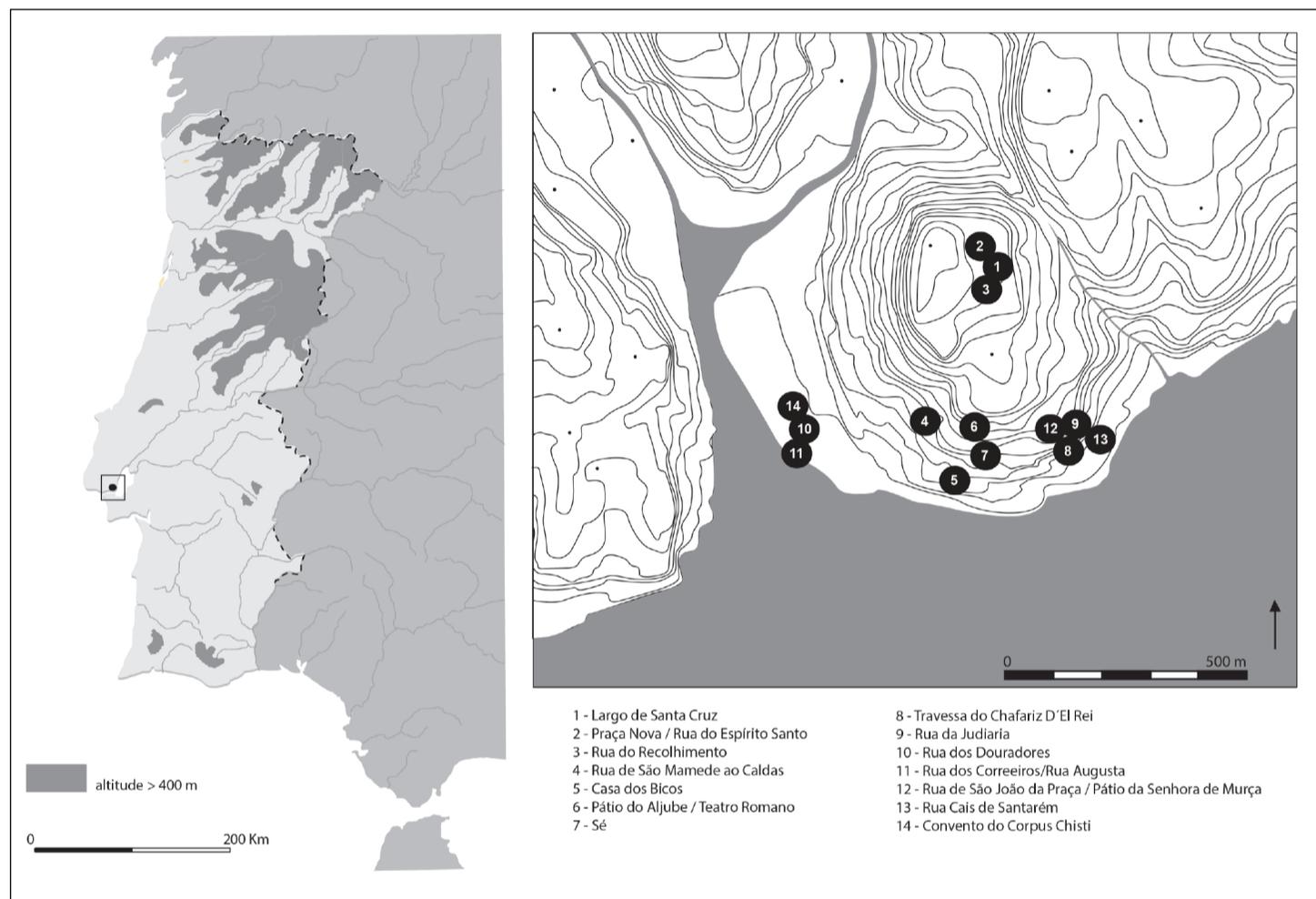


Figura 1. Localização de Lisboa no território português e indicação dos vestígios da Idade do Ferro descobertos na colina do Castelo de São Jorge (base cartográfica de Pimenta, 2005, modificada).

Infelizmente, a contínua e intensa ocupação desta colina ao longo dos últimos três milénios dificulta a caracterização das suas diferentes fases cronológicas, situação particularmente dramática no que diz respeito aos períodos mais antigos. Apesar de várias intervenções arqueológicas urbanas terem proporcionado dados sobre a ocupação da Idade do Ferro, estas correspondem, na sua maioria, a intervenções efectuadas em áreas muito reduzidas e geralmente limitadas pelas cotas de afectação, o que se reflete, por norma, em conjuntos artefactuais diminutos e leituras urbanísticas francamente limitadas. Um reflexo desta situação é a notável escassez de dados contextuais e estratigráficos disponíveis para a caracterização das diferentes fases da Idade do Ferro na cidade que, na sua maioria, traduzem apenas momentos específicos no tempo (ver síntese em Sousa, 2016).

Neste âmbito, as escavações realizadas no Largo de Santa Cruz do Castelo (n.º 7) destacam-se não só pela expressividade da cultura material exumada e sua associação a contextos primários, mas também ao registo de uma sequência estratigráfica contínua

entre os séculos VII e V/IV a.C., permitindo uma caracterização mais detalhada da evolução deste importante núcleo ao longo do 1º milénio a.C. Estas intervenções, realizadas no interior de um edifício localizado no topo da Colina do Castelo de São Jorge, decorreram no quadro da arqueologia preventiva, tendo sido sujeitas a diferentes ritmos e dinâmicas resultantes de alterações do projecto de remodelação original, e que obrigaram, por várias vezes, a interrupções no processo de escavação das realidades arqueológicas (Guerra e Sousa, 2021).

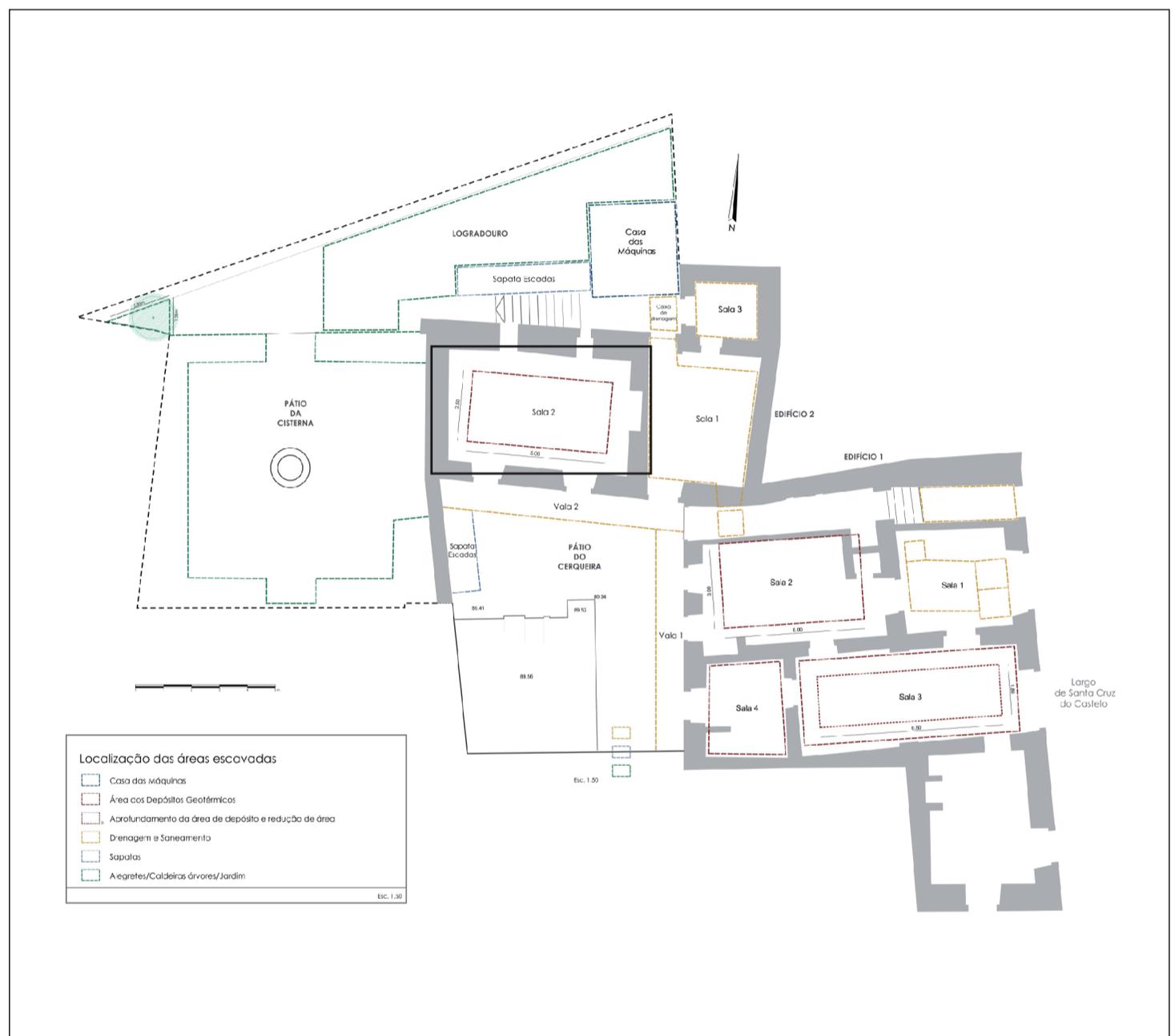


Figura 2. Planta das áreas intervencionadas no Edifício 6-7 do Largo de Santa Cruz, com indicação do Sector Edifício 2 – Sala 2.

Ainda assim, estes trabalhos resultaram na abertura de zonas relativamente amplas, atendendo à natureza urbana do espaço, permitindo, inclusivamente, atingir o substrato geológico, e, subsequentemente, obter uma leitura estratigráfica diacrónica mais específica. Parte dos resultados obtidos foram já alvo de publicação, mais especificamente os provenientes do sector Logradouro – Casa das Máquinas / Caixa de Drenagem (em diante, CM) (Sousa e Guerra, 2018). Neste trabalho, disponibilizam-se agora os elementos estratigráficos, arquitectónicos e a cultura material recolhidos no sector Edifício 2 – Sala 2 (em diante, E2S2), encontrando-se em fase de estudo as restantes áreas (fig. 2).

2. AS FASES DE OCUPAÇÃO DO SECTOR E2S2: ESTRATIGRAFIA, ARQUITECTURA E CULTURA MATERIAL

O sector E2S2 corresponde a uma área com cerca de 12,5 m² de extensão, cuja diacronia de ocupação se estende desde a Idade do Ferro até à época medieval.

Dentro da sequência da Idade do Ferro, individualizaram-se cinco fases, que se integram entre o século VII e o século V/IV a.C. Na sua totalidade, estes contextos conservados proporcionaram 1130 fragmentos diagnosticáveis (789 NMI), correspondentes a contentores anfóricos, cerâmica de engobe vermelho, cinzenta, comum/pintada, produções manuais e raros fragmentos de bronze. Com a excepção de alguns escassos elementos líticos, cujo carácter antrópico, funcionalidade ou cronologia não são seguros, todos os elementos recuperados neste sector foram aqui analisados e quantificados de acordo com o protocolo estabelecido em Mont Beauvray (Arcelin e Tuffreau-Libre, 1998).

A esmagadora maioria das peças cerâmicas recolhidas integra-se nos grupos de fabrico de origem local já definidos em trabalhos anteriores (Sousa, 2014; Sousa *et al.*, 2020; Ferreira *et al.*, 2020), pelo que não se considerou pertinente reproduzir novamente as respectivas descrições. Os raros casos em que os fabricos não se integram nesses grupos são devidamente referidos e ilustrados. Uma última nota é necessária para o grupo de produções comuns que engloba cerâmicas destinadas à confecção a quente de alimentos: trata-se, como já foi referido em trabalhos anteriores, de produções também locais, mas propositadamente menos depuradas e com superfícies mais grosseiras, destinadas a suportar as alterações térmicas derivadas da sua funcionalidade (Grupo de fabrico III da Rua dos Correeiros, em Sousa, 2014, p. 145). Com efeito, a grande maioria destes materiais, designados neste trabalho como cerâmicas de cozinha, apresentam vestígios de fuligem nas suas superfícies externas, atestando a sua frequente utilização ao lume.

2.1. Fase 1

À semelhança do que ocorreu num outro sector intervencionado no Largo de Santa Cruz - CM (Sousa e Guerra, 2018), também no espaço do E2S2 foi possível atingir o substrato rochoso, ainda que esta situação tenha ocorrido apenas numa pequena sondagem realizada no centro deste espaço, com 4 m², destinada a aferir a potência estratigráfica conservada (fig. 3). Apesar desta reduzida extensão, foi possível obter alguns dados que permitem colmatar e corroborar a caracterização dos momentos mais antigos da ocupação sidérica.

Nesta zona central foi possível identificar a existência de uma depressão no substrato geológico (U.E. [55] – fig. 4) que foi intencionalmente colmatada com a deposição de dois níveis de enchimento (U.E.s [54=48] e [52]), compostos por sedimentos argilosos de tonalidade castanha, com inclusões de carvões e nódulos de argila. Na restante área, o substrato geológico foi coberto por um estrato amarelado formado essencialmente por margas e argilas desfeitas de tons amarelados (U.E. [51]). Estes níveis serviram para regularizar o espaço para o primeiro momento construtivo, ao qual se associa a construção de uma estrutura pétreia (U.E. [32=34=53]) e de um pavimento formado por pequenas pedras e fragmentos cerâmicos aplanados unidos por um sedimento argiloso acastanhado (U.E. [50]), conservado apenas numa área reduzida. A referida estrutura, de alvenaria, com aparelho algo irregular, apresenta uma orientação Sudoeste/Nordeste.

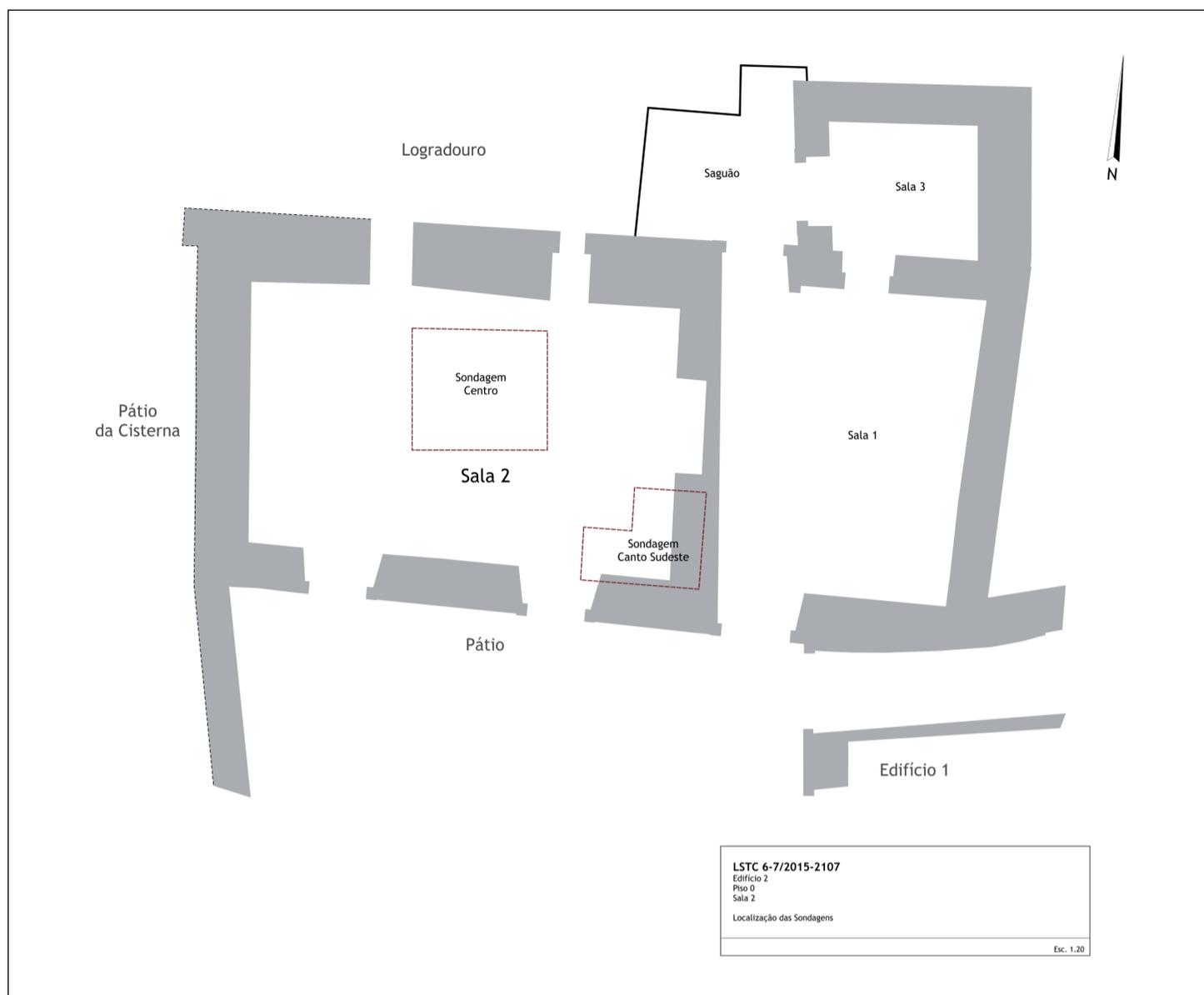


Figura 3. E2S2 - Indicação das áreas onde foi atingida maior profundidade.



Figura 4. E2S2 - Sondagem centro – plano final.

Atendendo aos dados recolhidos, é possível propor uma equivalência entre estas realidades e a fase 1 documentada no sector CM (Sousa e Guerra, 2018, p. 59).

Nos níveis associados a este primeiro momento de ocupação foram recolhidos 52 fragmentos classificáveis, que correspondem a 37 NMI (fig. 5). Com a exceção de apenas um exemplar, todos exibem características compatíveis com as produções locais.

As ânforas estão representadas por apenas três fragmentos (2 NMI): uma carena, um arranque de asa de secção circular e um fragmento de fundo convexo (fig. 5 - 1). Infelizmente, a ausência de bordos impede a sua atribuição a morfologias específicas. Ainda assim, e atendendo às características macroscópicas das pastas, que indiciam uma origem local, é muito provável que se trate de fragmentos do tipo 1 do estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014, pp. 305-306).

A cerâmica de engobe vermelho conta com cinco fragmentos (5 NMI – fig. 5 - 2 a 5). Quatro pertencem a pratos de perfil simples e bordo aplanado, por vezes com um ligeiro engrossamento, com diâmetros que oscilam entre os 17,6 e os 22 cm. Infelizmente, o escasso perfil conservado e, sobretudo, a impossibilidade de medir a largura do lábio, não permite propor uma classificação segura entre os tipos individualizados por Rufete Tomico (1988-1989). A taça carenada (fig. 5 - 6), por sua vez, enquadra-se com alguma facilidade no tipo C3(c), sobretudo no grupo dos perfis “apuntados” (Rufete Tomico, 1988-1989, p. 29), cujo cronologia se pode iniciar, em algumas áreas do sul peninsular, a partir do final do século VIII a.C. (Aubert *et al.*, 1975; Maass Lindemann, 1983; González Prats, 2014). Esta mesma forma está documentada também em outras áreas do Baixo Tejo (Arruda, 1999-2000, p. 116; Calado *et al.*, 2013, p. 649; Filipe *et al.*, 2014, fig. 9; Batalha e Barros, 2018, p. 59), destacando-se o caso da Rua de São Mamede ao Caldas (Pimenta *et al.*, 2014a, fig. 8), por ter sido recolhida num contexto primário, datado entre o último quartel do século VII e a primeira metade do século VI a.C.

A cerâmica cinzenta conta com quatro exemplares (3 NMI – fig. 5 - 7 a 8). Um corresponde a uma tigela semi-hemisférica (tipo 1Aa, em Sousa, 2021) e outro a uma forma indeterminada, sendo o restante mais difícil de classificar. Trata-se, muito provavelmente, de uma forma fechada, com bordo exvertido e colo desenvolvido, não sendo descabido integrá-lo na classe dos jarros (fig. 5 - 7).

A categoria mais bem representada é a cerâmica comum e pintada, a torno, com 37 fragmentos (24 NMI).

As tigelas constituem a forma mais recorrente (14 NMI – fig. 5 - 9 a 19), podendo apresentar alguma variabilidade morfológica quer ao nível dos perfis, que podem ser semi-hemisféricos ou troncocónicos, quer ao nível da secção dos bordos, podendo estes ser simples, engrossados ou aplanados. Cabe ainda referir que estas formas abertas, ao longo de toda a diacronia, apresentam, na sua maioria, superfícies cuidadosamente polidas, observando-se com frequência a aplicação de engobes ou aguadas esbranquiçadas. Este cuidado na produção denuncia a sua utilização primária no quadro do serviço de mesa. Um fragmento semelhante aos anteriores, mas com menor profundidade, pode enquadrar-se no grupo dos pratos (1 NMI – fig. 5 - 20). Contam-se ainda quatro fragmentos de fundo, com perfis aplanados e convexos, que possivelmente pertencem a estas formas (fig. 5 - 22).

A cerâmica de cozinha conta com apenas dois fragmentos (1 NMI – fig. 5 - 21), facilmente integráveis no tipo 10Aa, tendo um deles caneluras na superfície externa (Sousa, 2014, pp. 168-169), particularidade já observada na fase contemporânea do sector CM (Sousa e Guerra, 2018).

Já as formas com decoração pintada, mono ou bicromática, parecem corresponder exclusivamente a recipientes de tipo *pithos* (8 NMI – fig. 5 - 23 a 27), com bordos de secção

triangular ou arredondada. A maioria encontra-se demasiado fragmentada para determinar as características do colo, e apenas um exemplar tem ainda o arranque da asa bífida conservada na zona do bordo. Contudo, uma peça apresenta uma asa com secção trífida (fig. 5 - 32), tendo a sua pasta características que não se assemelham às típicas produções da zona do Tejo (fig. 28). Entre os vários fragmentos de parede com pintura, cabe apenas destacar um exemplar com motivos reticulados em ambas as superfícies (fig. 5 - 31), obtidos com bandas vermelhas e negras, não sendo possível determinar a que forma pertenceria.

A cerâmica manual é muito escassa neste conjunto, contando com apenas uma taça carenada com superfícies polidas (1 NMI – fig. 5 - 33) e um fragmento de um pote com superfícies alisadas (1 NMI – fig. 5 - 34).

Cabe ainda referir a recolha de um pequeno fragmento de haste de bronze (1 NMI), talvez pertencente a uma fíbula, mas cujo estado de conservação não permite uma atribuição tipológica precisa.

Ainda que o conjunto artefactual recolhido nesta fase seja bastante escasso, as formas que permitiram classificações mais precisas e, sobretudo, a similitude da sequência estratigráfica e dinâmicas construtivas com a primeira fase de ocupação do sector CM, permite equacionar uma cronologia em torno ao século VII a.C.

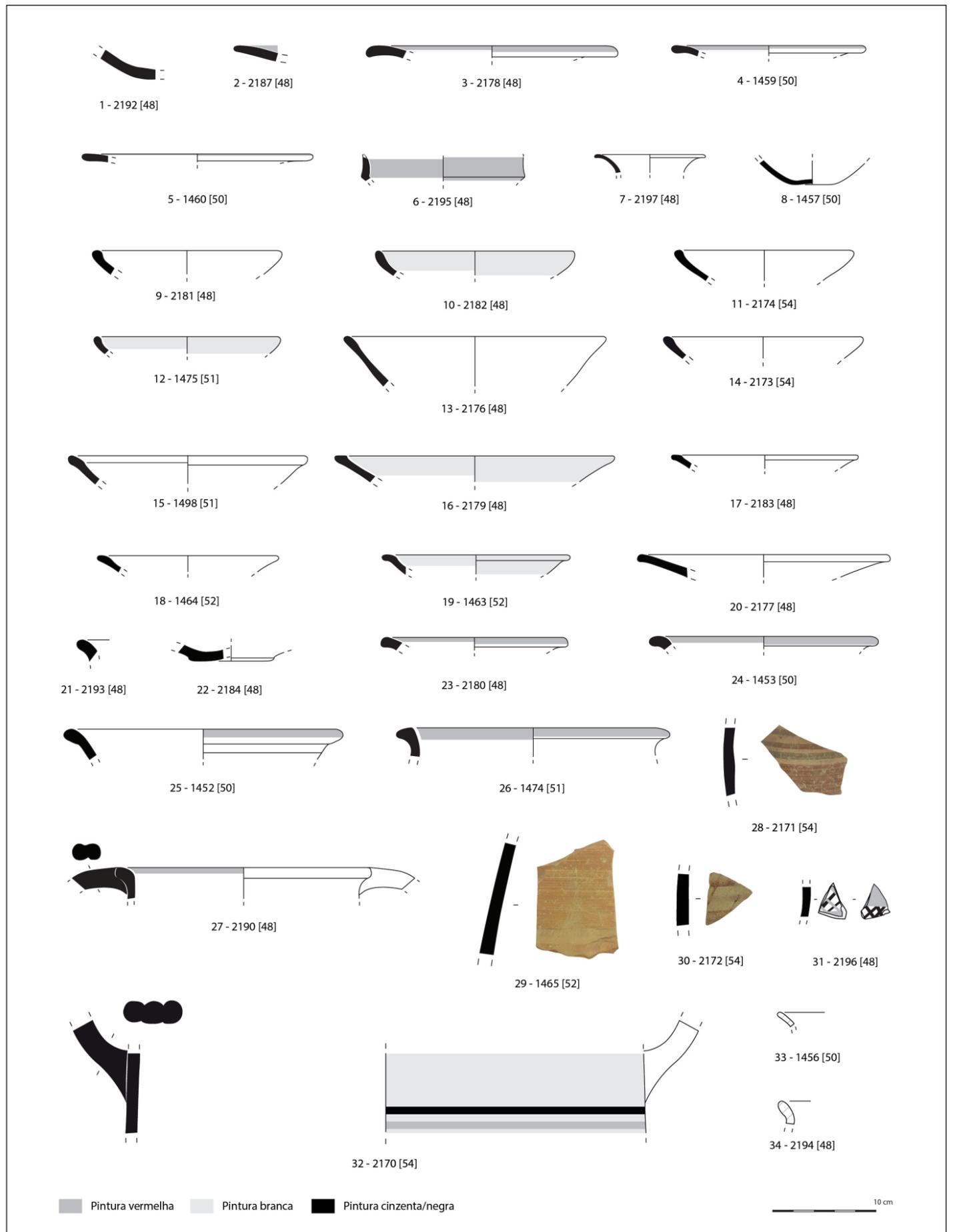


Figura 5. E2S2 – Materiais da Fase 1.

2.2. Fase 2

A esta primeira fase seguiu-se um momento de aparente remodelação do espaço (fase 2.A), materializada na construção de um novo pavimento (U.E. [27]), semelhante na sua constituição ao anterior, estando ambos separados por um fino estrato castanho alaranjado, que possivelmente serviu para regularizar a área (U.E. [46]). Sobre o pavimento [27] (fig. 6), identificaram-se algumas acumulações de sedimentos arenosos (U.E. [39]), que parecem referir-se aos últimos momentos da sua utilização. Cabe referir que a estrutura anteriormente referida continua em utilização, sendo aparentemente reforçada na zona Sudoeste (fig. 7).



Figura 6. Restos do pavimento [27], estrutura [34] e derrubes.

Nesta mesma fase, integra-se ainda o período que marca o abandono deste espaço (fase 2.B), sendo caracterizado por níveis de aterro (U.E. [38]) e de derrube das estruturas pétreas (U.E.s [25], [26], [33], [35] a [37] e [47]). Entre estes últimos, foi possível identificar a presença de manchas e até tijolos de adobe de formato rectangular, de tonalidade avermelhada (U.E. [25]) e amarelada (U.E. [26]). Estas evidências permitem compreender que a elevação desta parede em altura recorreu a estas técnicas construtivas de matriz mediterrânea, sendo os tijolos de adobe colocados sobre o embasamento pétreo.

Trata-se, muito provavelmente, de um momento coincidente com a fase 2 definida para o sector CM (Sousa e Guerra, 2018, pp. 59-60).



Figura 7. Alçado sudeste da estrutura [34].

Os contextos conservados desta segunda fase proporcionaram 83 fragmentos classificáveis, que correspondem a 52 NMI, quase todos de aparente origem local (fig. 8 e 9).

As ânforas permanecem escassamente representadas, com apenas três fragmentos (2 NMI). Destes, um bordo e uma asa de secção circular (fig. 8 - 35 e 37) pertencem ao tipo 1 do estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014), tendo o restante (fig. 8 - 36; fig. 28) uma possível origem exógena, aproximando-se da forma 10.1.2.1 de Ramon Torres (1995).

A cerâmica de engobe vermelho conta com cinco exemplares (5 NMI – fig. 8 - 38 a 41; fig. 9 - 68), que pertencem seguramente a pratos, ainda que seja impossível, uma vez mais, atribuir-lhes uma classificação mais específica.

Por sua vez, a cerâmica cinzenta está representada por seis exemplares (4 NMI), que pertencem a um pequeno vaso do tipo 3Ea (fig. 8 - 43) e a três tigelas do tipo 1Aa (fig. 8 - 42; fig. 9 - 69). Destas, apenas a primeira apresenta alguma especificidade cronológica, sendo recorrente em contextos dos séculos VII e VI a.C. (Sousa, 2021, p. 141).

Na categoria da cerâmica comum/pintada (38 NMI), as tigelas (21 NMI), sobretudo de perfil semi-hemisférico, permanecem como a forma mais bem representada, sendo as de perfil troncocónico mais raras (fig. 8 - 44 a 53; fig. 9 - 70 e 71). Tal como ocorre na fase precedente, os bordos são de morfologia variável (simples, engrossados ou aplanados), e as superfícies são geralmente cuidadas (polidas e/ou com aguadas esbranquiçadas). Entre este grupo, destaca-se um fragmento com decoração incisa na superfície interna, representando aparentemente um motivo raiado (fig. 9 -70), ainda que não se possa excluir a possibilidade de se tratar de um grafito.

A cerâmica de cozinha está representada por cinco fragmentos (4 NMI – fig. 8 - 54; fig. 9 - 72), pertencentes a vasos de perfil em S do tipo 10Aa (Sousa, 2014), tendo um dos exemplares (não representado graficamente) conservado um arranque de asa junto ao bordo.

Entre os recipientes com decoração pintada, os vasos de tipo *pithoi* continuam a ser a forma mais recorrente (5 NMI – fig. 8 - 58 a 61; fig. 9 - 73), sendo os bordos sobretudo de secção triangular. Os vários fragmentos de parede com bandas pintadas pertencem, muito provavelmente, a estas morfologias, tal como dois fragmentos de asa, de secção bífida (fig. 8 - 66). Deve ainda destacar-se um bordo com pintura vermelha em ambas as superfícies que parece pertencer a um vaso de perfil acampanado (*vaso à chardon* – 1 NMI – fig. 8 - 62), e uma outra peça, de dimensões mais reduzidas, com decoração bicroma (vermelha e negra) de linhas oblíquas cruzadas na superfície externa (1 NMI – fig. 9 - 74).

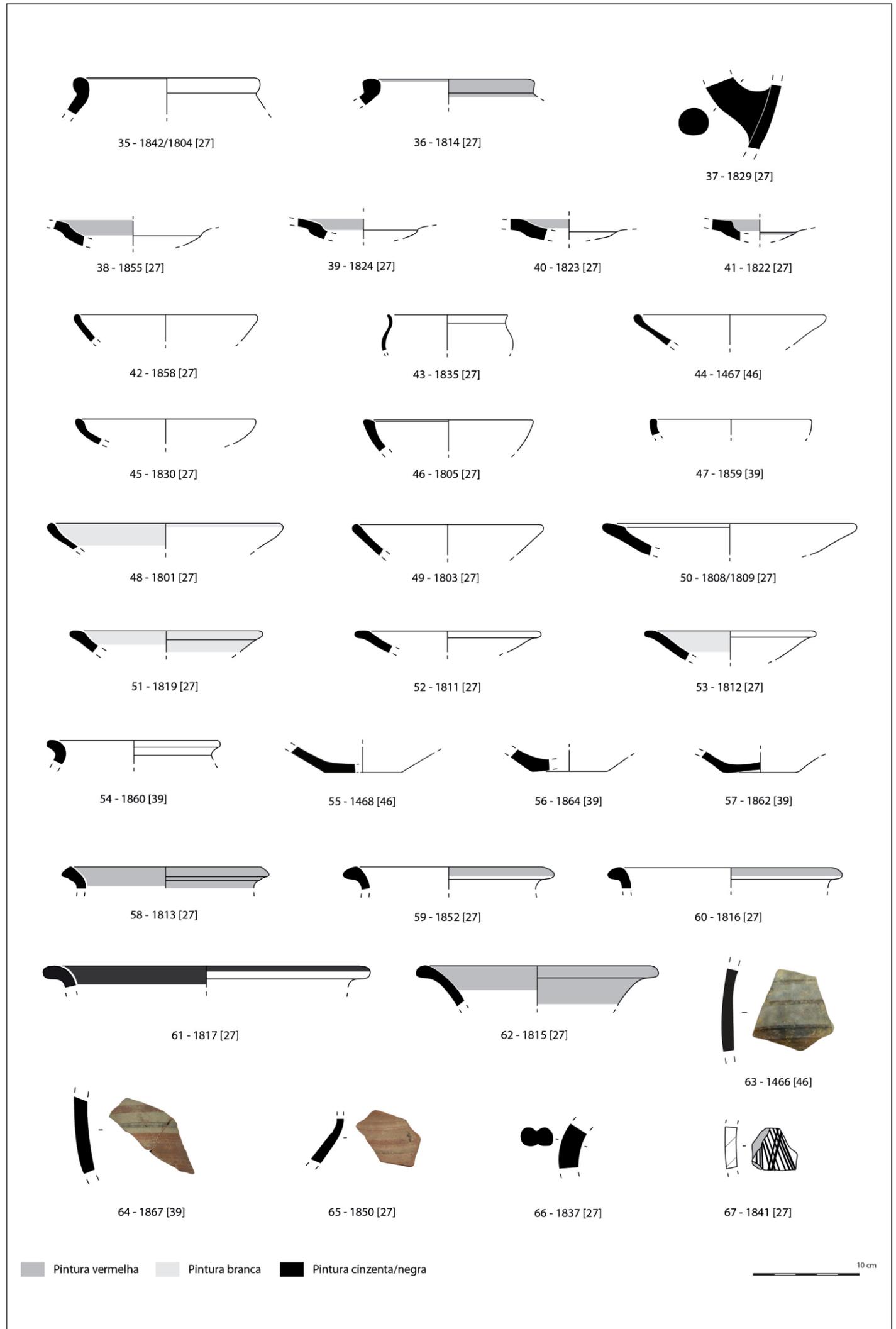


Figura 8. E2S2 – Materiais da Fase 2.A.

Ao conjunto de cerâmica comum e pintada acresce-se ainda outros fragmentos de bordo, colo e carena de forma indeterminada (4 NMI) e catorze fragmentos de fundos (2 NMI) de perfil aplanado, convexo ou em ônfalo (fig. 8 - 55 a 57; fig. 9 - 76).

Por último, somam-se quatro fragmentos de cerâmica manual (3 NMI), infelizmente de forma indeterminada (fig. 8 - 67; fig. 9 - 77), conservando uma das peças ornatos brunidos na superfície externa, desenhando traços oblíquos cruzados.

O conjunto artefactual desta segunda fase proporciona dados cronológicos um pouco mais precisos que o momento anterior. Ainda que os materiais não sejam muito numerosos, a presença exclusiva de ânforas do tipo 1 do estuário do Tejo e do tipo 10.1.2.1, o vaso de cerâmica cinzenta da forma 3Ea e mesmo as características dos vasos com decoração pintada e a presença de cerâmica manual com decoração brunida permite apontar, uma vez mais, para um momento centrado no século VII a.C.

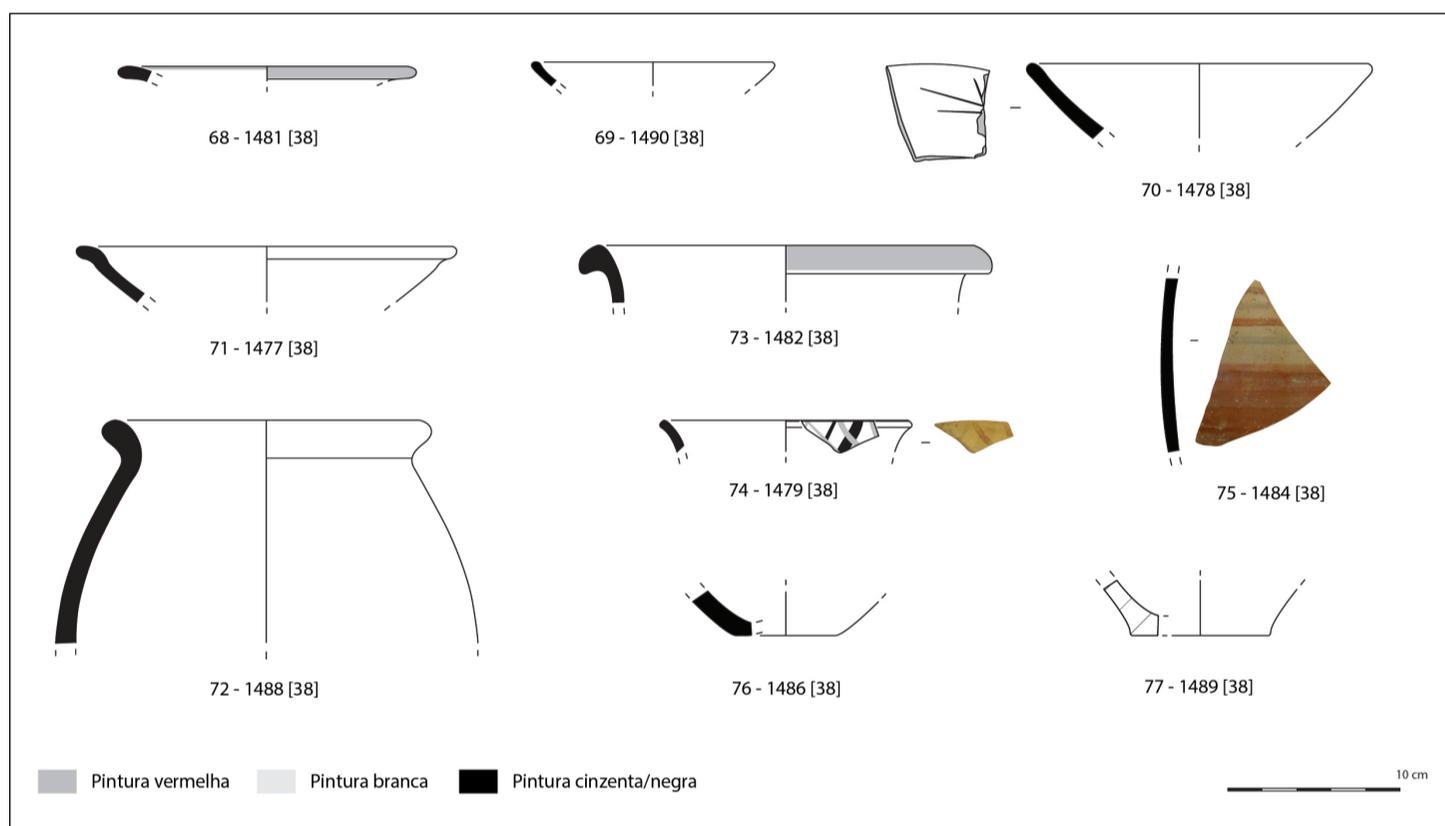


Figura 9. E2S2 – Materiais da Fase 2.B.

2.3. Fase 3

Sobre os referidos níveis de derrube foram depositados vários estratos de aterro, de tonalidades castanhas-alaranjadas (U.E.s [19]=[22], [17] e [18]). Estas camadas cobriam praticamente na sua totalidade as realidades precedentes. Cabe referir que esta mesma situação foi também já documentada no sector CM (Sousa e Guerra, 2018), sendo estas deposições, muito provavelmente, contemporâneas. Contudo, ao contrário do que ocorreu nesse sector, onde foi possível distinguir dois níveis com alguma diferenciação cronológica em termos materiais (fases 3 e 4 de CM, correspondentes, respectivamente à primeira e segunda metade do século VI a.C.), no E2S2 apenas foi possível distinguir um único momento, que pelos materiais associados parece enquadrar-se já no período mais tardio dessa centúria.

O espólio recuperado consiste em 279 fragmentos inventariáveis (195 NMI), sendo quantitativamente uma das fases mais bem representadas deste sector.

As ânforas estão representadas por 21 fragmentos (8 NMI), todos de origem local/regional, e integráveis, genericamente, no tipo 1 do estuário do Tejo (fig. 11 - 78 a 83), apesar de alguns exemplares se destacarem pela sinalização externa do bordo, que parece marcar a transição para o tipo 3. Assinala-se a presença de uma variante com um pequeno sulco na zona externa do bordo (fig. 11 - 80), identificada também na fase 3 do sector CM (Sousa e Guerra, 2018). Uma parte significativa destes exemplares tem pintura vermelha nas superfícies externas e na zona do bordo. Soma-se a este grupo um fragmento de fundo concavo e oito de asas de secção circular, observando-se aqui a aplicação frequente de engobes esbranquiçados.

A cerâmica de engobe vermelho conta com 27 fragmentos (19 NMI), correspondendo maioritariamente a pratos. Apesar do seu estado de fragmentação, alguns destes exemplares (6 NMI - fig. 11 - 88 a 92) apresentam um lábio curto, aproximando-se do tipo P1 de Rufete Tomico, cuja produção pode atingir o século VI a.C. Neste grupo destaca-se um fragmento com traços negros verticais sobre o engobe vermelho (fig. 11 - 91). Outros não permitem uma classificação mais específica pelo seu estado de fragmentação, ainda que pareçam integrar-se já nos tipos P2 ou P3 (6 NMI - 84, 85, 87 e 95), tendo sido possível classificar com segurança nesta última forma apenas uma peça (1 NMI - fig. 11 - 86). Destaque ainda para um fragmento marcado por uma canelura na zona externa do bordo (1 NMI - fig. 11 - 94), uma característica relativamente recorrente no sul peninsular entre a segunda metade do século VII e o século VI a.C. (Torres Ortiz *et al.*, 2014).

Uma peça do conjunto de cerâmica de engobe vermelho merece um destaque particular. Trata-se de um prato ou pátera carenada (fig. 11 - 100 e 101), mas de grande dimensão, com mais de 40 cm de diâmetro, apresentando um lábio curto (1 NMI - 783). É, até ao momento, uma forma única não só no Estuário do Tejo, mas também no contexto peninsular. Também singular é um outro fragmento de diâmetro considerável (32 cm), seguramente pertencente a uma forma aberta, com pintura vermelha na superfície interna (1 NMI - fig. 11 - 99), mas para o qual não conseguimos encontrar paralelos, assim como uma possível tampa (1 NMI - fig. 11 - 98), neste caso com engobe apenas na superfície externa. Incluem-se ainda neste grupo dois fragmentos de bordo de forma indeterminada (2 NMI), dois fundos aplanados, e vários fragmentos de carenas, estes provavelmente pertencentes aos pratos anteriormente referidos.

A cerâmica cinzenta está bem representada neste conjunto, com 36 fragmentos (28 NMI). Correspondem, na sua maioria, a tigelas semi-hemisféricas do tipo 1Aa (9 NMI - fig. 11 - 102 a 104, 106, 108), sendo um da sub-variante 1Aa.1 (1 NMI - fig. 11 - 107) (Sousa, 2021). As tigelas de paredes troncocónicas do tipo 1Ab contam com apenas dois fragmentos (2 NMI - fig. 11 - 105). Bem representadas estão ainda as taças e potes de pequena dimensão dos tipos 3Da (6 NMI - fig. 11 - 112 a 115; fig. 12 - 116 a 117) e 3Ea (5 NMI - fig. 11 - 110 a 111; fig. 12 - 118 a 119), sendo os primeiros típicos da segunda metade do século VI a.C. (Sousa, 2021, p. 141). Uma destas peças apresenta ainda a particularidade de exibir bandas polidas com tonalidades mais escuras na superfície externa (fig. 12 - 117), refletindo alguma originalidade decorativa nestas produções.

Uma forma rara na área de Lisboa é a pequena taça do tipo 3Fc (1 NMI - fig. 11 - 109), cuja morfologia é mais recorrente nas zonas mais interiores do estuário do Tejo, mais concretamente na Alcáçova de Santarém, sendo aí utilizada até ao século VI a.C. (Sousa, 2021, p. 144).

Destaque ainda para um fragmento de um vaso fechado, de colo desenvolvido e bordo assinalado, que se pode integrar no tipo 4Cc (1 NMI - fig. 12 - 120), uma forma possivelmente inspirada nos vasos de tipo *pithoi*, que, até ao momento, apenas foi detectada

também na Alcáçova de Santarém (Sousa, 2021, p. 150). Também singular é um fragmento que parece poder corresponder a algum tipo de tampa (1 NMI – fig. 12 - 123).

Os pratos de cerâmica cinzenta estão praticamente ausentes neste conjunto da fase 3, com a exceção de uma carena (1 NMI – fig. 12 - 121).

Soma-se ainda um fragmento de bordo indeterminado (1 NMI), cinco fundos aplanados e convexos (fig. 12 - 124 a 126) e uma asa de secção circular (fig. 12 - 122), que poderá pertencer ao vaso do tipo 4Cc.

A cerâmica comum e pintada totaliza 185 fragmentos (133 NMI). As formas mais abundantes são, uma vez mais, as tigelas (65 NMI) de perfil semi-hemisférico ou troncocónico (fig. 12 - 127 a 155). Os bordos mantêm as características da fase precedente, destacando-se apenas um exemplar decorado com caneluras na zona externa (fig. 12 - 134). Entre estas formas, cabe assinalar dois casos mais particulares. Um deles (fig. 12 - 138) apresenta decoração incisa na superfície interna, que parece corresponder a um pentalfa ou estrela de cinco pontas, tendo sido esta marca associada a um símbolo de Astarte (Almagro Gorbea, 2008, p. 766). Trata-se de um motivo relativamente bem documentado no Ocidente Peninsular, com destaque para a área da Extremadura espanhola (Almagro-Gorbea, 2008), mas também no território português, sendo aqui de referir o caso de Santa Olaia (Rocha, 1908), de Abul (Mayet e Silva, 2000, p. 210), e talvez também o da necrópole de Vale da Palha (Arruda e Cardoso, 2015), ainda que neste caso a caracterização do símbolo não seja completamente clara. O outro caso mais particular é o da peça n.º 132, que se distingue pelo fabrico, utilizando a mesma receita que é aplicada para os recipientes destinados à confecção de alimentos (Grupo III da Rua dos Correeiros, em Sousa, 2014, p. 145), podendo indiciar a planificação, desde a etapa da produção, de um recipiente destinado para ir ao lume.

A este repertório formal acrescentam-se dez fragmentos de pratos de bordo curto, possivelmente inspirados nas produções de engobe vermelho (10 NMI – fig. 12 - 156 a 159; fig. 13 - 160 a 163), apresentando diâmetros bastante variáveis. Mais atípica é a presença de pratos de grande dimensão, semelhantes ao detectado na cerâmica de engobe vermelho, mas, neste caso, com perfil simples e não carenado (3 NMI – fig. 13 - 165 a 167). O fragmento de fundo aplanado (fig. 13 - 169) pertencerá, muito provavelmente, a uma destas peças. Trata-se, em todos os casos, de produções cuidadas, com engobes esbranquiçados que cobrem ambas as superfícies, que são ulteriormente polidas.

No grupo das formas abertas assinala-se ainda a presença de dois casos particulares. Um deles corresponde a um bordo de uma trípode (1 NMI – fig. 13 - 164), de secção triangular, marcado por caneluras na zona externa, e com sinais evidentes de desgaste no interior. Trata-se de uma forma não muito recorrente no Extremo Ocidente, conhecendo-se ainda assim alguns exemplares do período orientalizante em Castro Marim (Lourenço, 2008), Tavira (VV.AA., 2003, p. 250), Alcácer do Sal (Arruda *et al.*, 2021, p. 86) e, na zona do Tejo, na Quinta do Almaraz (Batalha e Barros, 2018, p. 62), Porto do Sabugueiro (Pimenta *et al.*, 2014b), Alto dos Cacos (Sousa *et al.*, 2016-2017, p. 24) e na Alcáçova de Santarém (Sousa e Arruda, 2018, p. 71), embora nestes últimos dois casos não seja clara a sua classificação. Uma outra peça atípica parece corresponder a algum tipo de alguidar (1 NMI – fig. 13 - 168), com parede oblíqua e bordo ligeiramente engrossado.

A cerâmica de cozinha continua a ser representada pelas panelas do tipo 10Aa (16 NMI – fig. 13 - 172 a 174), algumas das quais com caneluras externas, a julgar pela presença de vários fragmentos de parede recuperados.

Entre os fragmentos com decoração pintada, temos uma vez mais os vasos de tipo *pithos* (17 NMI – fig. 13 - 183 a 189), mas agora também outras morfologias com colos

mais curtos ou bordos exvertidos (3 NMI – fig. 13 - 180 a 182). A estas mesmas formas devem pertencer os vários fragmentos de asa de secção circular, oval ou mesmo bífidas (1 NMI – fig. 13 - 192 a 193) e paredes com decoração pintada em bandas horizontais ou oblíquas (fig. 13 - 190, 191, 194 e 195), tendo características de fabrico que indicam uma origem exógena (1 NMI - 195; fig. 28). Entre estas, cabe destacar um fragmento que exhibe um motivo vegetal, uma espiga ou um ramo estilizado (fig. 13 - 190), sendo o primeiro caso que ilustra a existência de decoração figurativa entre as produções da costa atlântica portuguesa. O motivo é, contudo, já conhecido em marcas incisas, surgindo em sítios como Santa Olaia (Rocha, 1908), Setúbal (Soares e Silva, 1986), Abul (Mayet e Silva, 2000, p. 196), ou mesmo em Lisboa, na Rua dos Correeiros (Sousa, 2014, p. 181).

Por último, cabe referir a presença de duas tampas (2 NMI – fig. 13 - 170, 171), com bordo assinalado, sendo que uma destas (171) apresenta o mesmo fabrico da cerâmica de cozinha, indicando que estas peças provavelmente foram utilizadas para cobrir esses recipientes durante o processo de confecção.

No conjunto de cerâmica comum / pintada integram-se ainda treze fragmentos de bordo de forma indeterminada (13 NMI), 31 fragmentos de fundo aplanados, convexos e em ônfalo. Entre estes, assinala-se uma peça com uma marca irregular (fig. 13 - 178), não sendo possível determinar se se trata de um grafito ou de um qualquer motivo decorativo.

As produções manuais reúnem apenas oito fragmentos (5 NMI), correspondendo a potes de bordo exvertido e colo desenvolvido (1 NMI), de perfil em S (2 NMI – fig. 13 - 198), com decoração incisa sobre o bordo, vasos de bordo curto e vertical (1 NMI – fig. 13 - 197), e ainda um bordo de uma tigela (1 NMI – fig. 13 - 196). A estes somam-se dois fundos de perfil convexo. As suas superfícies são geralmente alisadas, sendo apenas num caso polida.

Resta ainda referir a presença de um fragmento de parede afeiçoado, podendo pertencer a uma peça de jogo (1 NMI), e um fragmento de uma peça de bronze, possivelmente da parte fêmea de um fecho de cinturão de tipo céltico, ainda que escassamente conservado (1 NMI – fig. 10).

Apesar de o conjunto artefactual desta fase 3 ser particularmente numeroso, é muito provável que incorpore vários materiais residuais, resultantes de movimentações de

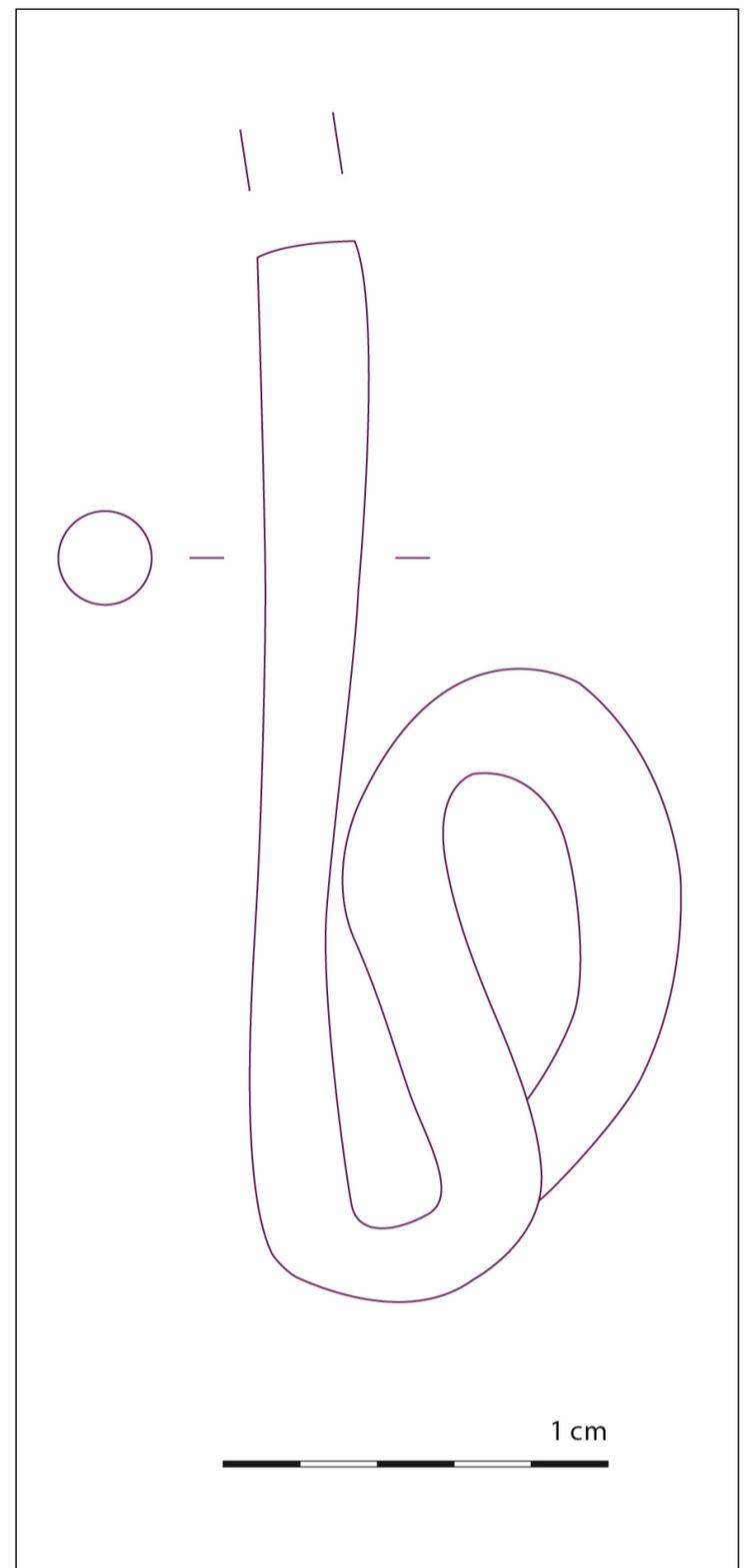


Figura 10. Fragmento de fecho de cinturão de bronze da fase 3.

terras relacionadas com a formação desta unidade estratigráfica. Ainda assim, a cronologia para a sua formação é sugerida pelos artefactos mais recentes, mais concretamente as ânforas que anunciam a transição para o tipo 3 e os vasos de cerâmica cinzenta do tipo 3Da, que indiciam um momento centrado entre os meados e o final do século VI a.C.

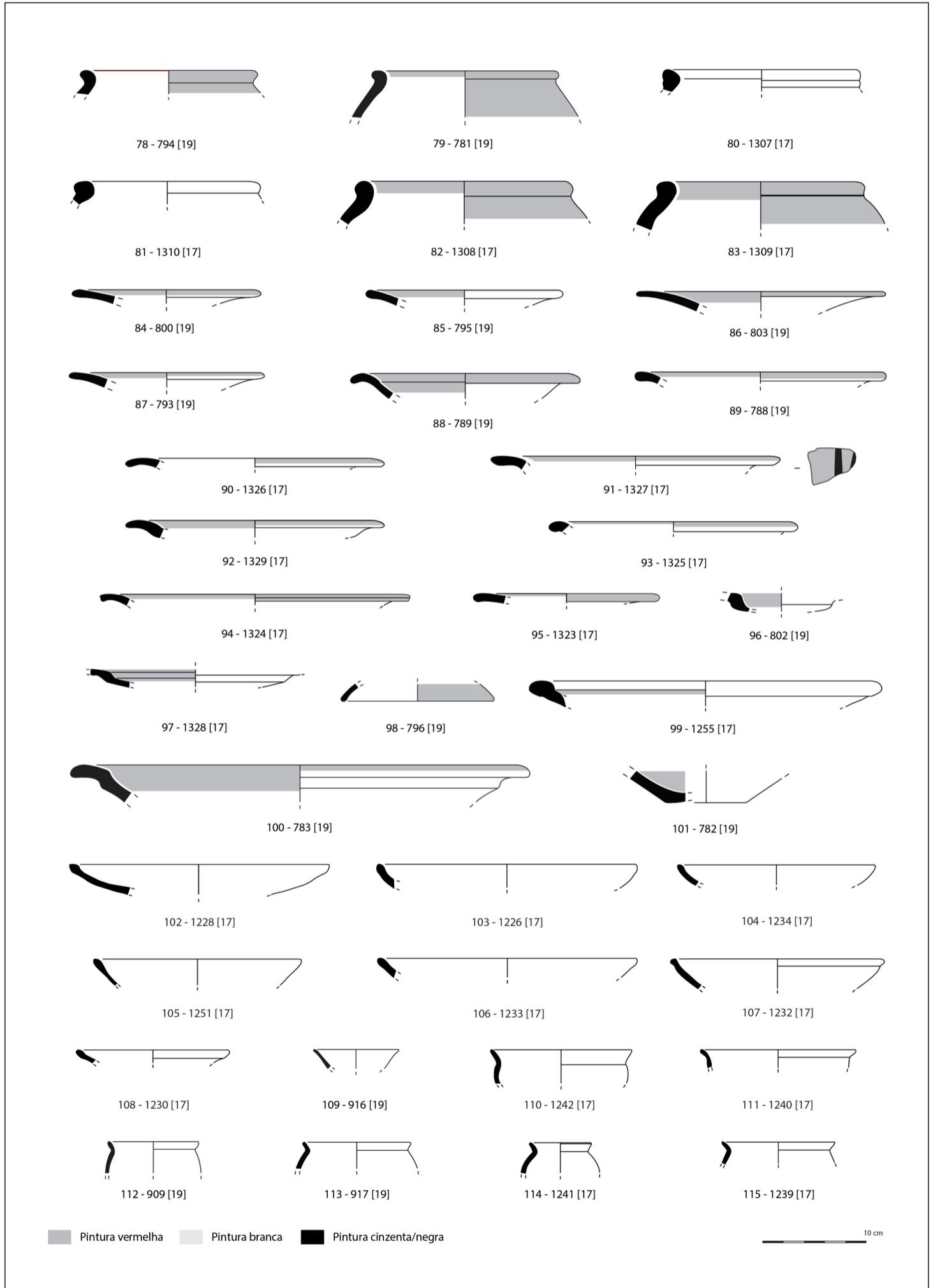


Figura 11. E2S2 – Materiais da Fase 3.

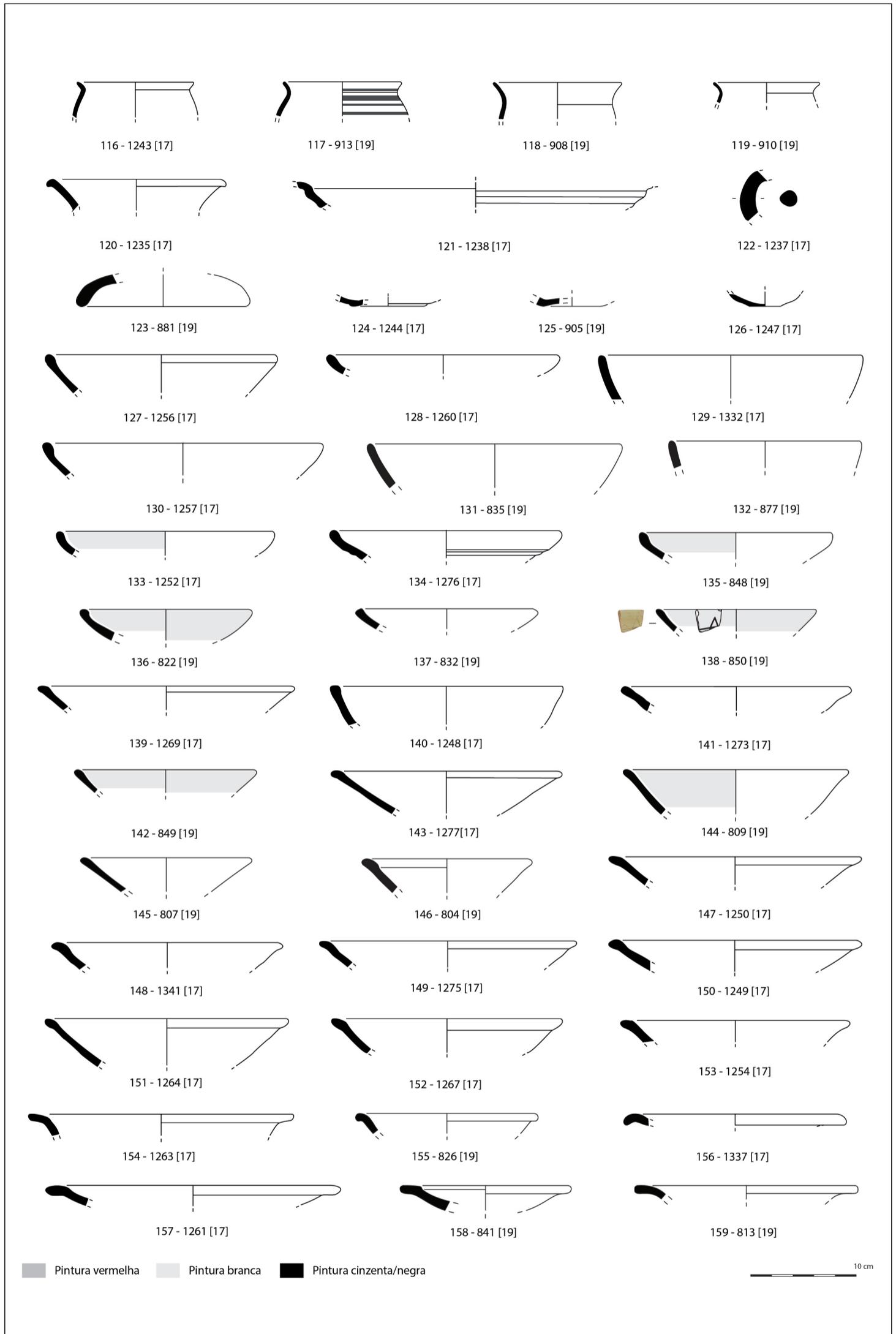


Figura 12. E2S2 – Materiais da Fase 3.

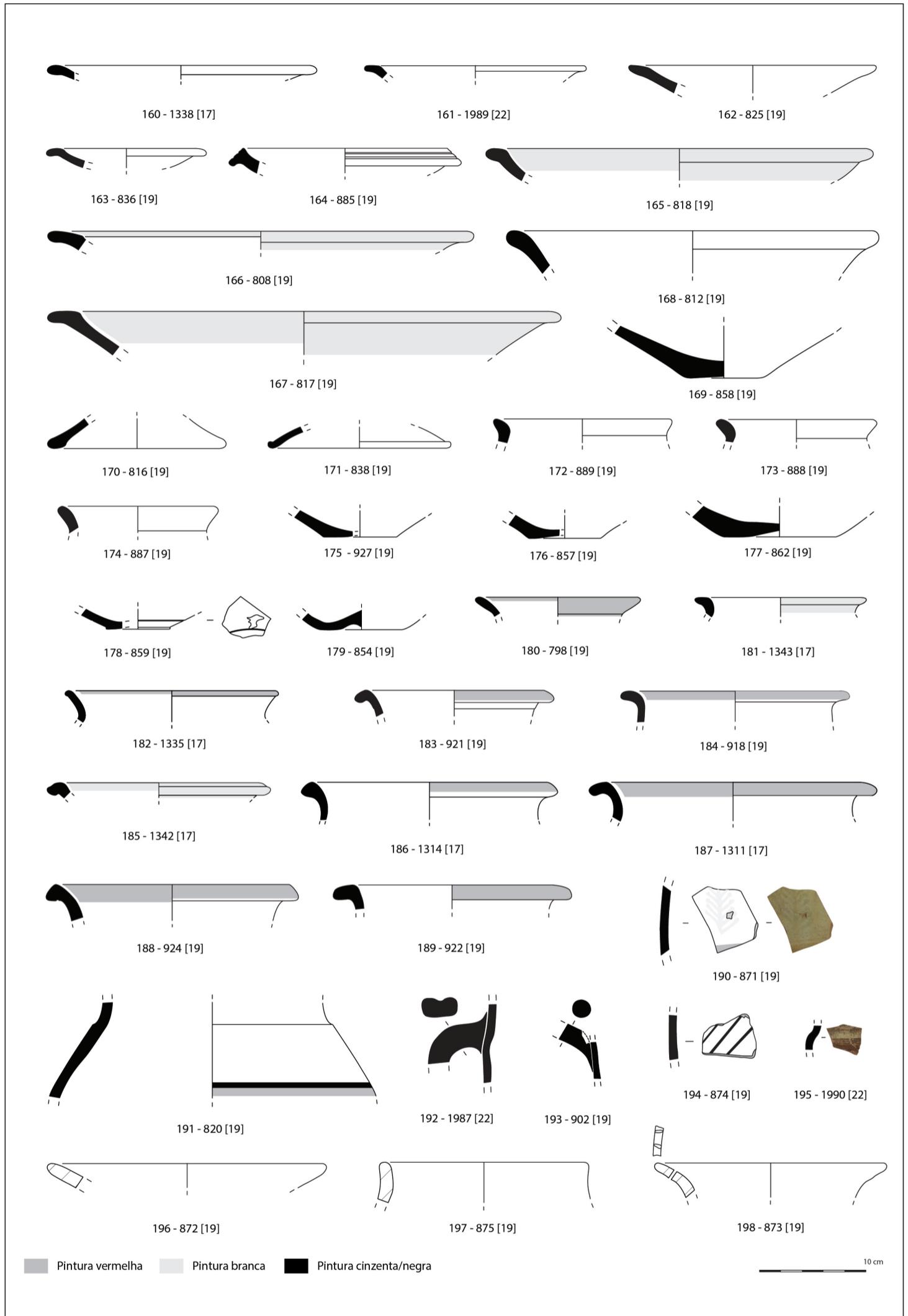


Figura 13. E2S2 – Materiais da Fase 3.

2.4. Fase 4

Sobre os níveis anteriores foi colocado um novo estrato, com características sedimentológicas semelhantes às anteriores (U.E. [12]), que possivelmente teria como objectivo a regularização do terreno para a preparação de uma nova fase construtiva.

Esta camada proporcionou o conjunto de materiais mais numeroso deste sector, com 508 fragmentos (374 NMI) (fig. 15 a 18).

Entre o conjunto anfórico, composto por 45 fragmentos (37 NMI), surgem ainda alguns exemplares do tipo 1 do estuário do Tejo (8 NMI – fig. 15 - 199 a 206), tendo uma das peças um sulco na zona externa do bordo (fig. 15 - 202), uma variante documentada também na fase anterior. Sete exemplares (7 NMI – fig. 15 - 207 a 213) apresentam características que anunciam já o tipo 3, podendo considerar-se formas de transição. O tipo 3 é, contudo, a morfologia mais bem representada desta fase (15 NMI – fig. 15 - 214 a 224). O tipo 4, datável a partir de meados do 1º milénio a.C., surge pela primeira vez nesta sequência estratigráfica, contando com quatro exemplares (4 NMI – fig. 15 - 226 a 229). Um único fragmento parece integrar-se no tipo 2 (1 NMI – fig. 15 - 225), ainda que esta classificação seja feita com algumas reservas.

Conta-se ainda um bordo de forma indeterminada (1 NMI), uma carena provavelmente pertencente a uma peça importada do sul andaluz (1 NMI – fig. 15 - 230; fig. 28), um fundo concavo e sete fragmentos de asa, de secção circular e oval, nestes casos com sulco exterior (fig. 15 - 231).

A cerâmica de engobe vermelho está representada por 45 fragmentos (27 NMI). Os pratos permanecem o tipo mais bem representado, assemelhando-se aos tipos P1 (3 NMI – fig. 15 - 232 a 234) e P3 (2 NMI – fig. 15 - 235) de Rufete Tomico (1988-1989). A maioria, contudo, e considerando o seu estado de fragmentação, pode corresponder quer ao tipo 2 ou 3 (8 NMI – fig. 15 - 236 a 241).

Destaca-se ainda a presença relativamente expressiva de bordos de pratos de perfil concavo, com pouca profundidade (4 NMI – fig. 15 - 241 a 244), que se assemelham a alguns fragmentos publicados de Huelva, com cronologias centradas no século VI a.C. (Fernández Jurado, 1989-1990, est. XXXVI – n.º 3, LXII – n.º 16 e XCIV – n.º 7). Um outro fragmento (1 NMI – fig. 15 - 245) é mais difícil de classificar. Ainda que o seu diâmetro e escassa profundidade permita a sua integração no grupo dos pratos, o perfil recorda também as tigelas carenadas (tipo 1Ba da Rua dos Correeiros, em Sousa, 2014, p. 119) ainda que a carena seja menos pronunciada.

Alguns fragmentos de carenas pertencem, quase seguramente, a pratos (fig. 15 - 246 a 247). Tal como na fase anterior, surgem também dois fragmentos de pratos ou páteras carenadas de grande dimensão (1 NMI – fig. 16 - 252 e 253), neste caso com um diâmetro de bordo superior a 30 cm.

As taças, por sua vez, estão escassamente representadas no conjunto. Dois exemplares (2 NMI – fig. 16 - 250-251), apresentam perfis que recordam o tipo C3a de Rufete Tomico, cuja cronologia se centra entre o final do século VIII e o século VI a.C. Um outro (1 NMI – fig. 16 - 255) integra já os perfis semi-hemisféricos do tipo C4 / tipo 1Aa da Rua dos Correeiros, que em Huelva surgem entre os meados ou finais do século VII a.C. até ao final da centúria seguinte, mas que em Lisboa aparecem também em contextos do século V / início do século IV a.C. (Sousa, 2014).

Dois fragmentos de paredes com molduras recordam, pelo seu perfil, as páteras do tipo 4Aa da Rua dos Correeiros, ainda que o seu estado de conservação obrigue a manter algumas reservas na sua classificação (2 NMI – fig. 16 - 248 a 249).

Destaque ainda para uma peça mais particular que parece corresponder a um fragmento de suporte (1 NMI – fig. 16 - 254) com cerca de 20 cm de diâmetro, sendo de recordar que peças semelhantes, em cerâmica cinzenta, foram já documentadas no Baixo Tejo (Sousa, 2021).

No conjunto de cerâmica de engobe vermelho desta quarta fase contabilizaram-se ainda dois bordos de forma indeterminada (2 NMI) e doze fundos, de perfil convexo ou aplanado (fig. 16 - 256 a 257).

A cerâmica cinzenta conta com 120 fragmentos (87 NMI). A forma predominante continua a ser a tigela semi-hemisférica do tipo 1Aa (46 NMI – fig. 16 - 258 a 263), sendo a de perfil tronco-cónico, do tipo 1Ab (4 NMI – fig. 16 - 267 a 269), minoritária. Entre estas últimas, destaca-se ainda assim uma peça com uma marca incisa na superfície externa, com uma linha vertical intercalada por duas horizontais, não sendo possível determinar a sua natureza. Entre as tigelas, conta-se ainda um fragmento de bordo exvertido que poderá integrar-se no tipo 1Db (1 NMI – fig. 16 - 270), ainda que esta classificação seja feita com reservas, atendendo ao escasso perfil conservado.

Os pratos são mais raros e fragmentados, o que dificulta a sua classificação específica. Em três casos (3 NMI – fig. 16 - 272 a 273), os fragmentos de bordo podem corresponder quer à variante 2Ca quer à 2Cc. Mais segura é a classificação da forma 2Ba, que surge nos repertórios artefactuais do Baixo Tejo apenas a partir de meados do 1º milénio a.C. (Sousa, 2021), atendendo ao perfil do bordo e, sobretudo, à carena moldurada (2 NMI – fig. 16 - 274 a 275). Um último fragmento, de perfil carenado com múltiplas ranhuras na zona externa, integra-se no tipo 2Ac (1 NMI – fig. 16 - 277). Com algumas reservas, optou-se ainda por incluir no grupo dos pratos uma peça (1 NMI – fig. 16 - 271) cujo perfil recorda o tipo 2Ac, ainda que a sua pequena dimensão não facilite esta equivalência. Um último exemplar, pouco profundo, parece corresponder a uma espécie de tampa (1 NMI – fig. 16 - 276).

Os pequenos vasos destinados ao consumo de líquidos encontram-se bem representados neste conjunto. Destes, seis exemplares (6 NMI – fig. 16 - 278 a 279) correspondem seguramente ao tipo 3Da. Outros exemplares, de bordo e parede, pertencem também à série 3 (6 NMI – fig. 16 - 280 a 283), um dos quais seguramente da variante 3Ba (1 NMI – fig. 16 - 284).

Outros fragmentos parecem corresponder a vasos de armazenagem de perfil em S, provavelmente do grupo 4A (3 NMI – fig. 16 - 285).

Resta ainda referir três peças mais particulares. No primeiro caso (1 NMI – fig. 16 - 286; fig. 14), temos um perfil claramente associável aos jarros de cerâmica cinzenta do tipo 5Aa, ainda que as superfícies do exemplar em questão não sejam cinzentas, mas sim acastanhadas, tendo sido, também aqui, cuidadosamente polidas. É difícil determinar se esta tonalidade resulta de um qualquer imprevisto durante o processo de cozedura/arrefecimento ou se se trata de uma experiência por parte dos oleiros que trabalharam na região do Baixo Tejo. De qualquer forma, é uma situação até ao momento singular em todo o conjunto artefactual analisado, não só em Lisboa, mas também em todo o Baixo Tejo.



Figura 14. Jarro do tipo 5Aa da fase 4 (n.º 286).

Também inédito é o fragmento da pequena taça com asa sobre-elevada (1 NMI – fig. 16 - 287), que poderá talvez refletir influências helénicas, recordando, de certa forma, alguns perfis de *kantharos* áticos de figuras vermelhas e verniz negro (Sparkes e Talcott, 1970). Neste âmbito, um outro fragmento (1 NMI – fig. 16 - 288), provavelmente pertencente também a uma taça, apresenta um arranque de uma asa com projecção horizontal, uma particularidade que surgiu já em outros contextos do Ocidente Atlântico (Sousa e Pimenta, 2017).

Por último, assinala-se um fragmento de parede de perfil ondulado e irregular (1 NMI – fig. 16 - 295) que poderá relacionar-se com um elemento de coroplastia, ainda que seja impossível determinar a sua morfologia.

No conjunto de cerâmica cinzenta contabilizaram-se ainda oito fragmentos de bordo de forma indeterminada (8 NMI), 20 fundos de perfil aplanado, convexo e com pé anelar (fig. 16 - 289 a 294) e cinco asas de secção circular.

A cerâmica comum / pintada é a categoria mais numerosa desta fase, com 283 fragmentos (218 NMI).

Entre as várias morfologias, as tigelas, de perfil troncocónico e sobretudo semi-hemisférico, permanecem como o tipo mais bem representado (105 NMI – fig. 17 - 296 a 326). Tal como nos momentos anteriores, observa-se uma notável variedade de bordos, sendo os mais comuns de secção simples, engrossada ou aplanada, que se podem equipar às variantes 1Aa, 1Ac e 1Bd da Rua dos Correeiros (Sousa, 2014, pp. 151-154). Quatro exemplares (4 NMI – fig. 17 - 327 a 329) integram já o grupo dos pratos, tendo um deles um bordo curto e aplanado, sendo muito provavelmente a reprodução de um protótipo de cerâmica de engobe vermelho.

No grupo das cerâmicas de cozinha, as panelas do tipo 10Aa (27 NMI – fig. 17 - 330 a 333) e 10Aa.2 (1 NMI – fig. 17 - 336) estão bem representadas, somando-se a este grupo quatro peças mais atípicas. Uma destas distingue-se pela sua pequena dimensão, tendo apenas 7,5 cm de diâmetro (1 NMI – fig. 17 - 337), podendo equacionar-se a sua utilização para o aquecimento de líquidos. As restantes três diferenciam-se pela secção mais triangular do bordo (3 NMI – fig. 17 - 334 a 335). Neste grupo conta-se ainda uma parede com múltiplas caneluras, um fragmento de asa e outros cinco de fundo, estes de perfil aplanado ou convexo (fig. 17 - 338).

Relacionados com o armazenamento contam-se outros vasos fechados, que podem ou não apresentar pintura. Alguns são de perfil em S, com bordo simples, engrossado ou pendente, equiparando-se aos tipos 10Aa da Rua dos Correeiros (2 NMI – fig. 18 - 339, 351), 10Ba (24 NMI – fig. 18 - 341, 348, 349, 356 a 358, 360 a 361), 10Bb (19 NMI – fig. 18 - 340, 343 a 344, 352, 354 a 355, 359) e 10Cb (6 NMI – fig. 18 - 342, 345 a 347, 362). Estas últimas morfologias correspondem, basicamente, a formas evolucionadas de *pithoi*, que surgem nos contextos do Baixo Tejo a partir de meados do 1º milénio a.C. (Sousa, 2014, p. 170), não se excluindo a possibilidade que algumas possam ainda pertencer aos modelos mais antigos. Nestas, entra seguramente um fragmento (1 NMI – fig. 18 - 363) que exhibe ainda o arranque de asa, assim como outros sete fragmentos de asas bífidas que surgem no repertório desta fase (fig. 18 - 365). Também entre as formas mais arcaizantes se integra um fragmento de bordo que poderá ter pertencido a uma “urna” Cruz del Negro (1 NMI – fig. 18 - 353), atendendo sobretudo à presença da moldura na zona mesial do colo. Esta peça apresenta ainda características de fabrico atípicas, podendo indicar uma origem exógena (fig. 28).

Dois outros fragmentos podem ser integrados no grupo dos jarros do tipo 11Ba (1 NMI – fig. 18 - 350) e das tampas do tipo 7Ad (1 NMI – fig. 18 - 364).

Entre a cerâmica comum / pintada constam ainda 36 fragmentos de fundo de perfil aplanado, convexo, em ônfalo e um com pé anelar (fig. 18 - 374 a 379), duas carenas, dez

fragmentos de asa de secção circular e ovalada, assim como alguns fragmentos com decoração pintada (fig. 18 - 366 a 369, 371) e marcas incisas (fig. 18 - 370, 372 a 373), sendo aqui de destacar a peça com um outro pentalfa (fig. 18 - 372) e outra com um “X” (fig. 18 - 373). Por último, resta referir que vários fragmentos de bordo (22 NMI) não permitiram uma classificação específica.

Finalmente, a cerâmica manual está representada por 11 fragmentos (5 NMI), com superfícies grosseiras ou alisadas. Infelizmente, quase todos são indeterminados, com a excepção de um bordo de um pote de bordo vertical (fig. 18 - 380), sendo ainda de destacar um fragmento de parede com uma marca incisa (fig. 18 - 382).

Tal como ocorre na fase anterior, a natureza deste estrato (aterro para regularização do terreno) terá resultado na presença de vários materiais originariamente pertencentes a fases mais antigas da ocupação. Ainda assim, a presença de uma série de morfologias (ânforas do tipo 2 (?) e 4 do estuário do Tejo, cerâmica cinzenta do tipo 2Ba, 5Aa e exemplares com fundos anelares) permite assegurar que a formação deste nível terá ocorrido já no decurso do século V a.C.

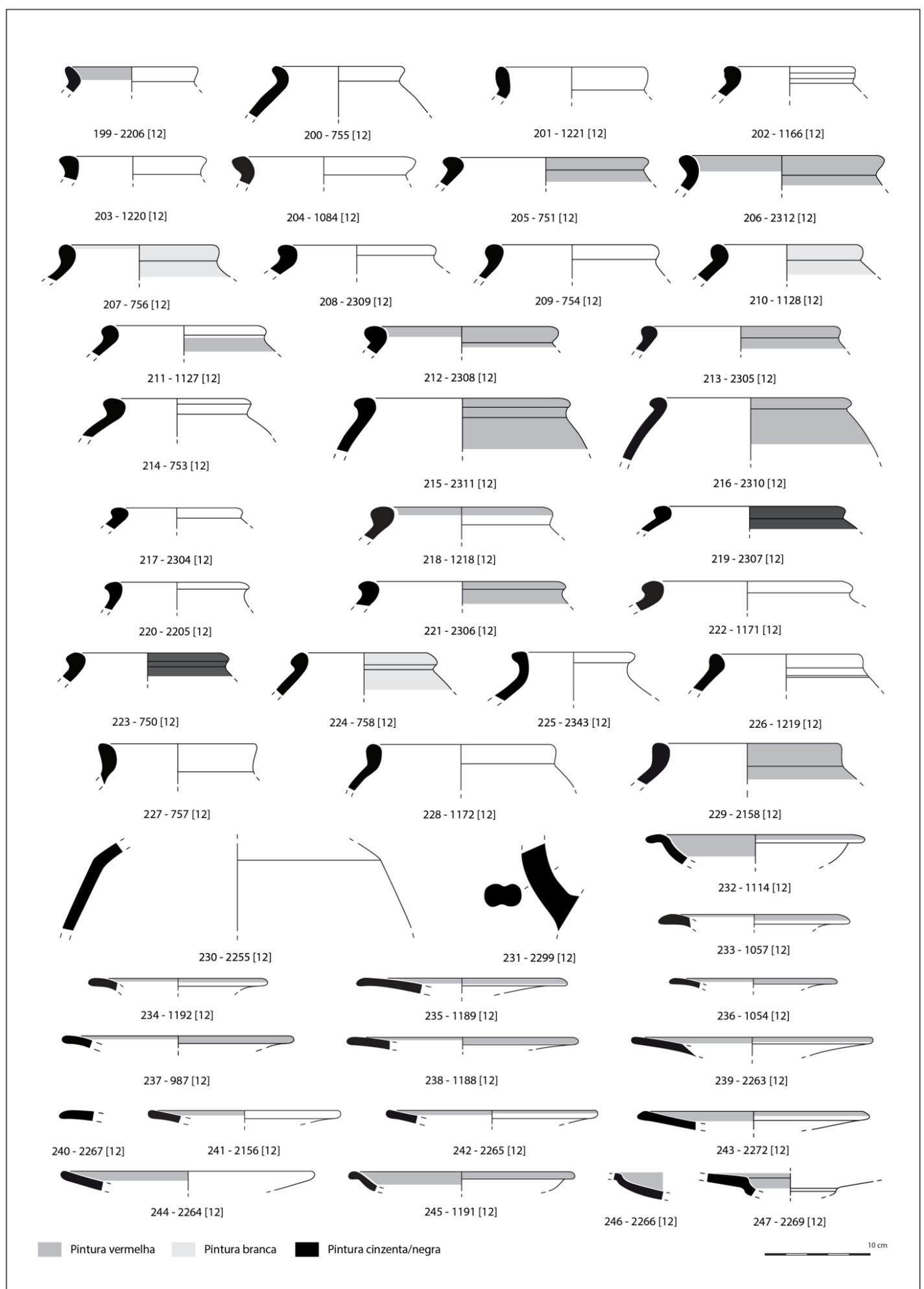


Figura 15. E2S2 – Materiais da Fase 4.

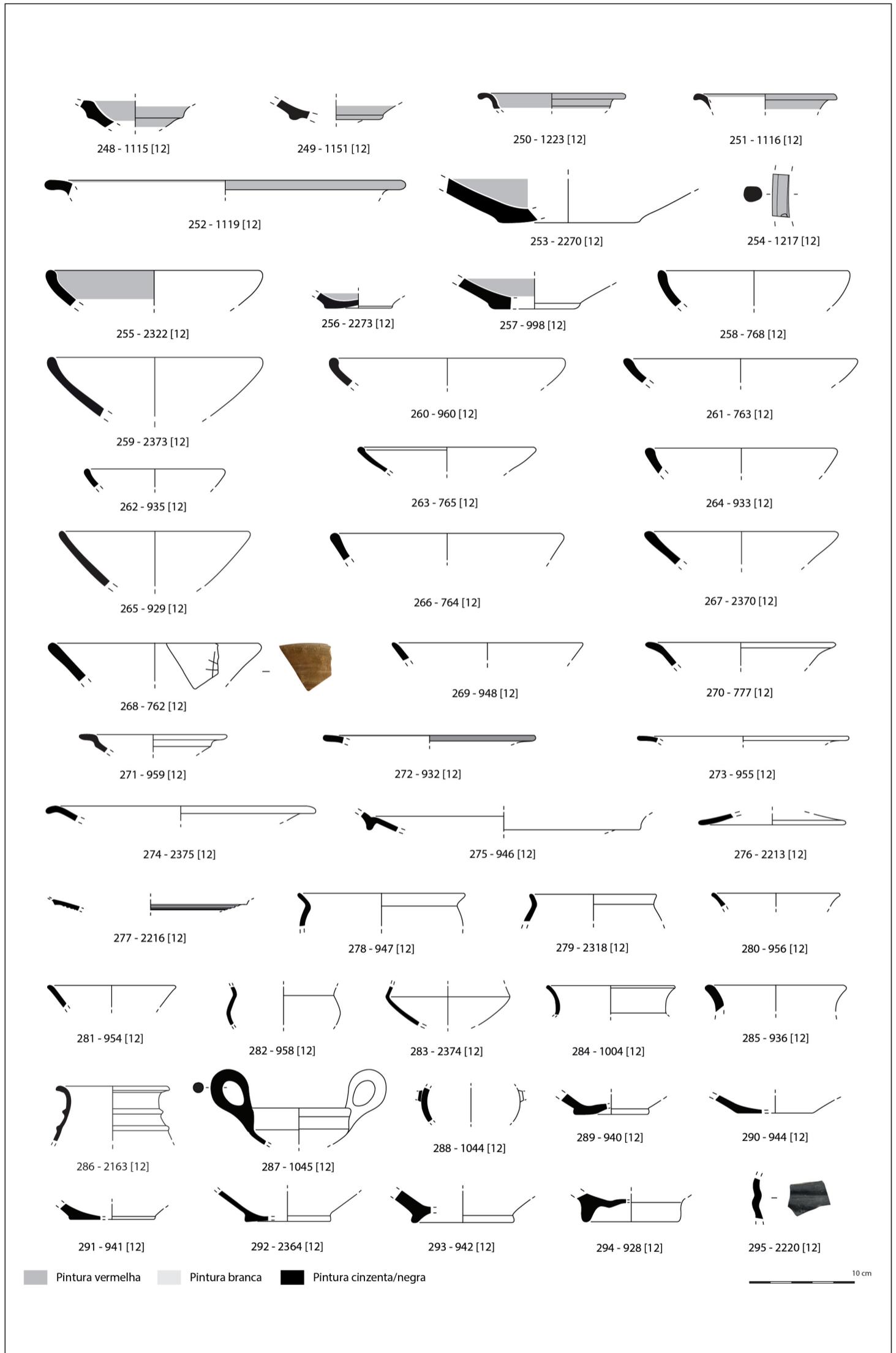


Figura 16. E2S2 – Materiais da Fase 4.

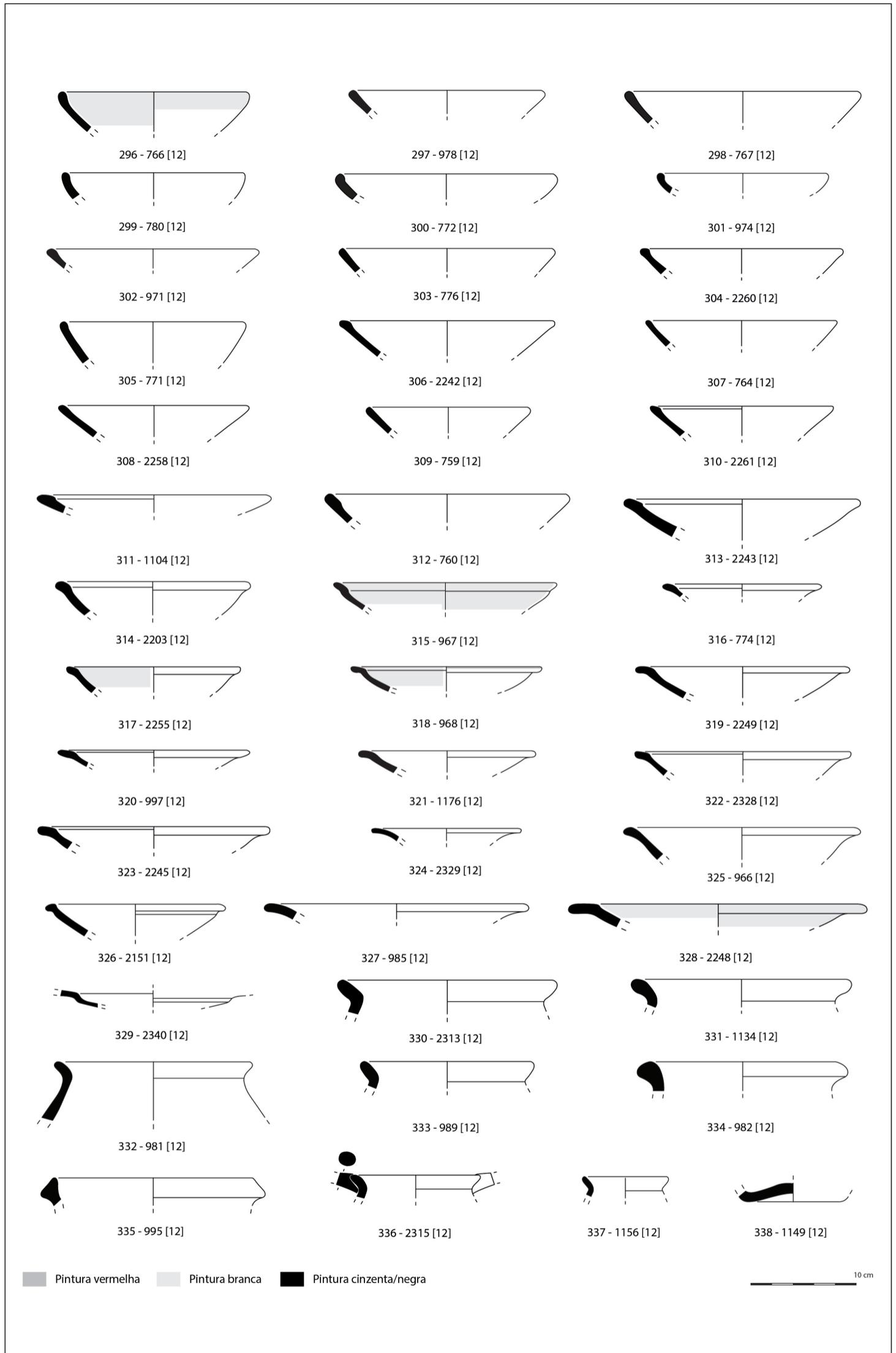


Figura 17. E2S2 – Materiais da Fase 4.

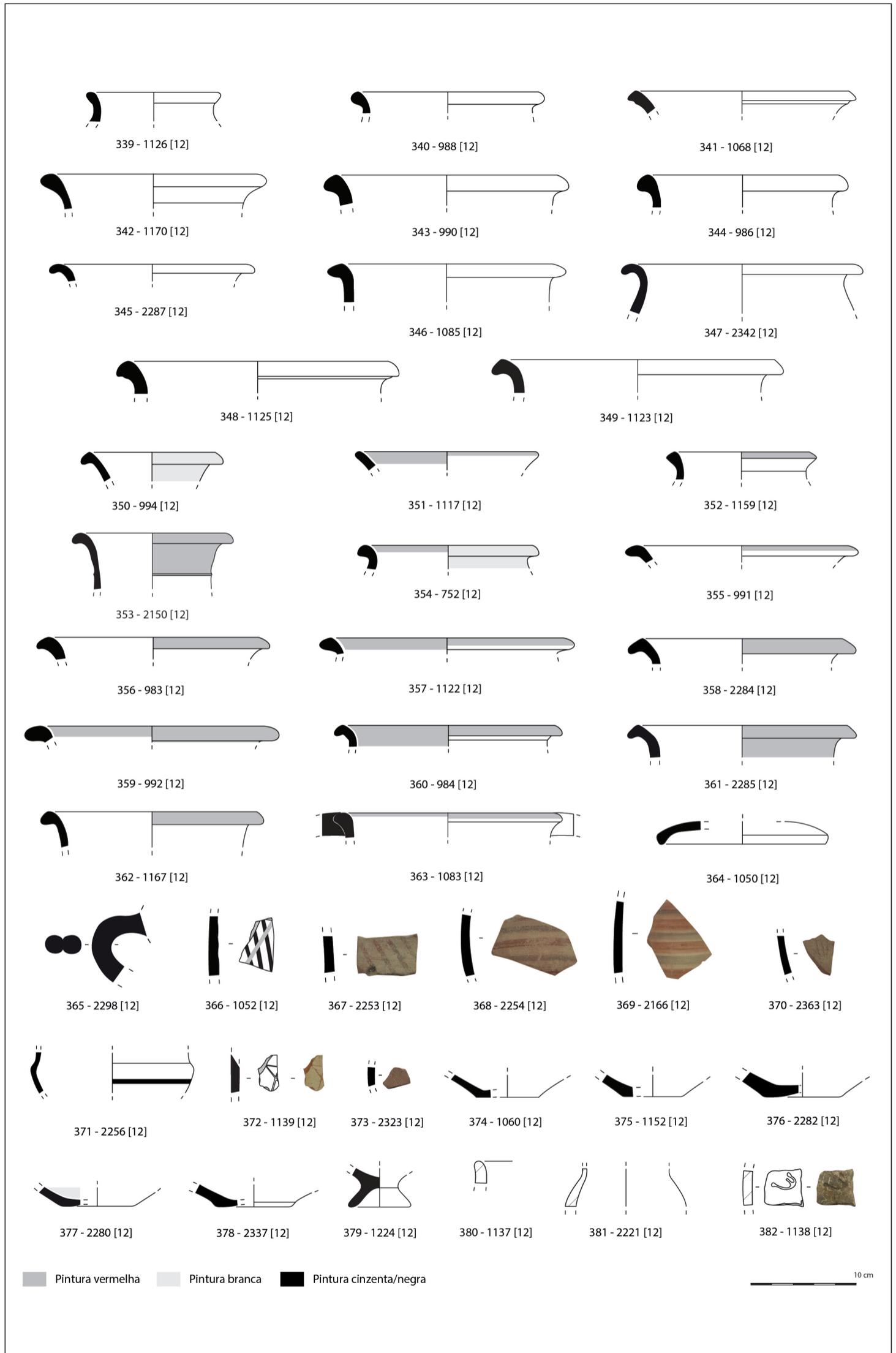


Figura 18. E2S2 – Materiais da Fase 4.

2.5. Fase 5

No último momento de ocupação (fase 5.A) foi construída uma nova estrutura de alvenaria (U.E. [21]), parecendo reutilizar parte do topo da U.E. [34], mantendo a mesma orientação. Não é impossível que este muro se articulasse com os restos de um outro, identificado junto ao perfil norte (U.E. [20]), com orientação Norte/Sul, mas muito mal caracterizado (fig. 19). De qualquer forma, este espaço era servido por um pavimento (U.E. [10]), formado por argilas de tons amarelados, sobre o qual se identificou uma zona de combustão (U.E. [11]) (fig. 20). Este momento de ocupação assentou sobre dois níveis prévios de preparação, formados por sedimentos areno-argilosos e muito heterogêneos no que concerne à sua tonalidade (U.E.s [14] e [16]).



Figura 19. Restos conservados das estruturas [20] e [21].



Figura 20. Restos do pavimento (U.E. [10]) e zona de combustão (U.E. [11]).

Em fase posterior, foi escavada uma pequena fossa de formato circular (U.E. [24]) que corta o referido pavimento, ainda que possa estar associada a um segundo momento da sua utilização (fase 5.B). No seu interior foi depositado um vaso algo atípico de cerâmica cinzenta (U.E. [28]/[29]), envolvido por um sedimento acastanhado com inclusões de carvões e nódulos de argila (U.E. [23]) (fig. 21).

Estas realidades, que caracterizam a última fase de ocupação da Idade do Ferro documentada neste sector, foram parcialmente cobertas por um estrato acastanhado (U.E. [13]), sendo este o último nível conservado deste período (fase 5.C).

Nesta última fase de ocupação da Idade do Ferro foram recuperados 198 fragmentos diagnosticáveis (131 NMI).

As ânforas totalizam 27 fragmentos (10 NMI). Um exemplar enquadra-se ainda no tipo 1 do Estuário do Tejo (1 NMI – fig. 22 - 386), sendo os restantes integráveis nas morfologias típicas da fase mais tardia da Idade do Ferro: tipo 2 (3 NMI – fig. 24 - 441 a 443), 3 (1 NMI – fig. 24 - 444) e 4 (3 NMI – fig. 22 - 383 a 385). Destaque ainda para um outro fragmento de bordo, de pasta mais grosseira (1 NMI – fig. 22 - 387), que poderá eventualmente corresponder a um fabrico da zona mais interior do estuário do Tejo (Sousa *et al.*, 2020, p. 134), que se enquadra no tipo 5 (Sousa e Pimenta, 2014). Entre o conjunto anfórico constam ainda 16 fragmentos de asa de secção circular ou ovalada, neste caso com um sulco ou saliência na zona exterior (fig. 22 - 389 a 391; fig. 24 - 445 a 448) e uma carena (fig. 22 - 388), sendo ainda de referir um fragmento de parede (1 NMI - fig. 28) de origem exógena, muito provavelmente da zona de Málaga, mas de forma indeterminada.



Figura 21. U.E.s [28]/[29] e [23].

A cerâmica de engobe vermelho é escassa nesta última fase de ocupação, com apenas sete fragmentos (5 NMI). Dois (2 NMI) correspondem a bordos de pratos, infelizmente mal conservados, não permitindo uma classificação mais específica, um outro a um bordo de tigela de perfil semi-hemisférico do tipo 1Aa (1 NMI – fig. 22 - 392), e ainda uma carena que poderá pertencer ao tipo 3Ba (1 NMI – fig. 24 - 449). O restante é de forma indeterminada (1 NMI).

Comparativamente, a cerâmica cinzenta está mais bem representada, contando com 56 fragmentos (37 NMI). A forma mais recorrente continua a ser a tigela semi-hemisférica do tipo 1Aa (13 NMI – fig. 22 - 394 a 396; fig. 24 - 450 a 452) e a de perfil mais troncocónico do tipo 1Ab (3 NMI – fig. 22 - 397 a 399). Em relação aos pratos, a única morfologia identificada corresponde aos perfis moldurados do tipo 2Ba (3 NMI - fig. 22 - 401 a 402; fig. 24 - 458). Os pequenos vasos para beber são mais diversificados. O tipo 3Aa está inequivocamente representado por um fragmento de bordo e carena (1 NMI - 455/456), estando também presentes as variantes 3Ba (2 NMI – fig. 22 - 403 a 404), 3Ea (1 NMI – fig. 24 - 454) e 3Ff (1 NMI – fig. 24 - 453). Relativamente bem documentados estão também os jarros da variante 5Aa (3 NMI – fig. 22 - 400, 405; fig. 24 - 457), enquanto apenas um fragmento será enquadrável nos potes do tipo 4Aa (1 NMI – fig. 23 - 437). A peça mais singular do conjunto de cerâmica cinzenta desta fase é, sem dúvida, um grande recipiente de corpo ovalado (1 NMI – fig. 23 - 436), que se distingue por apresentar duas asas horizontais. É possível que esteja inspirado em modelos gregos que se encontram relativamente bem documentados não só em Lisboa, mas também na zona do Baixo Tejo (Arruda e Sousa, 2019), recordando especificamente a forma do *krater* de sino, ainda que o fundo, no caso da peça de Lisboa, seja de perfil convexo.

No grupo da cerâmica cinzenta incorporam-se ainda nove fragmentos de bordo (8 NMI) que não permitiram, devido ao seu estado de fragmentação, uma classificação tipológica específica, assim como 14 fundos, com perfis aplanados, convexos e com pé anelar (fig. 22 - 406 a 410) e dois fragmentos de parede com marcas incisadas (fig. 24 - 459 e 460), não sendo, infelizmente, possível discernir os motivos.

A cerâmica comum desta última fase engloba um conjunto de 100 fragmentos (76 NMI).

Entre as formas abertas, as tigelas semi-hemisféricas são a forma mais representada (20 NMI – fig. 22 - 411 a 415, 417; fig. 24 - 461 a 464), contando-se apenas um exemplar com paredes mais oblíquas da variante 1Ad (1 NMI – fig. 22 - 416). Destaque ainda para duas páteras do tipo 3Aa (2 NMI – fig. 22 - 419), dois bordos de pratos que parecem imitar protótipos mais antigos de cerâmica de engobe vermelho (2 NMI – fig. 22 - 418) e um vaso que se assemelha aos alguidares do tipo 5Aa (1 NMI – fig. 23 - 431).

A cerâmica de cozinha engloba sobretudo as panelas do tipo 10Aa (12 NMI – fig. 22 - 421 a 422; fig. 23 - 438; fig. 24 - 468), sendo alguns exemplares decorados com caneluras na zona externa (variante 10Aa.1 – 4 NMI – fig. 24 - 465 a 467, 469). Apenas um exemplar deste fabrico apresenta um bordo mais atípico, de secção sub-triangular (1 NMI – fig. 22 - 423). Completam este conjunto alguns outros fragmentos de paredes com caneluras e uma asa de secção circular (fig. 22 - 424 e 425), seguramente pertencentes às formas anteriores descritas, e uma peça mais singular (1 NMI – fig. 22 - 420), que poderá corresponder a algum tipo de alguidar ou mesmo tipo caçoila.

Entre os vasos de armazenamento contam-se exemplares do tipo 10Aa (2 NMI – fig. 24 - 470), 10Ba (6 NMI – fig. 23 - 430, 439; fig. 24 - 474), 10Bb (7 NMI – fig. 23 - 427 a 429), 10Ca (1 NMI – fig. 22 - 426) e 10Cb (3 NMI – fig. 24 - 471 a 473).

Neste conjunto integra-se ainda uma asa de secção ovalada, uma parede com marca incisada (fig. 23 - 432), 11 fundos de secção aplanada e convexa (fig. 23 - 433 e 434; fig. 24 - 475 e 476) e 13 bordos de forma indeterminada (13 NMI).

Desta última fase, resta ainda referir a presença de três fragmentos de cerâmica manual, que correspondem morfologicamente a um vaso de perfil em S (1 NMI – fig. 24 - 477), a um outro de diâmetro mais reduzido (1 NMI – fig. 23 - 435) e a uma forma indeterminada (1 NMI – fig. 23 - 440), com paredes alisadas ou grosseiras.

Tabela 1. Distribuição das categorias de artefactos de acordo com as fases de ocupação (base NMI).

U.E.	Fase	Ânforas	Eng. Verm.	Cinzenta	Com./Pint.	Manual	Outros	NMI
11	5A	1	0	1	6	0	0	8
12	4	37	27	87	218	5	0	374
13	5C	4	1	13	35	1	0	54
14	5A	1	3	5	7	1	0	17
16	5A	4	1	16	26	0	0	47
17	3	4	7	18	57	2	1	89
19	3	4	12	10	73	3	1	103
22	3	0	0	0	3	0	0	3
23	5B	0	0	1	2	0	0	3
27	2A	2	4	2	27	2	0	37
28	5B	0	0	1	0	1	0	2
32	1	1	0	0	0	0	0	1

Tabla 1. (cont.).

U.E.	Fase	Ânforas	Eng. Verm.	Cinzenta	Com./Pint.	Manual	Outros	NMI
38	2B	0	1	1	6	1	0	9
39	2A	0	0	1	4	0	0	5
46	2A	0	0	0	1	0	0	1
48	1	1	3	2	9	1	1	17
50	1	0	2	1	5	1	0	9
51	1	0	0	0	4	0	0	4
52	1	0	0	0	3	0	0	3
54	1	0	0	0	3	0	0	3
Total		59	61	159	489	18	3	789

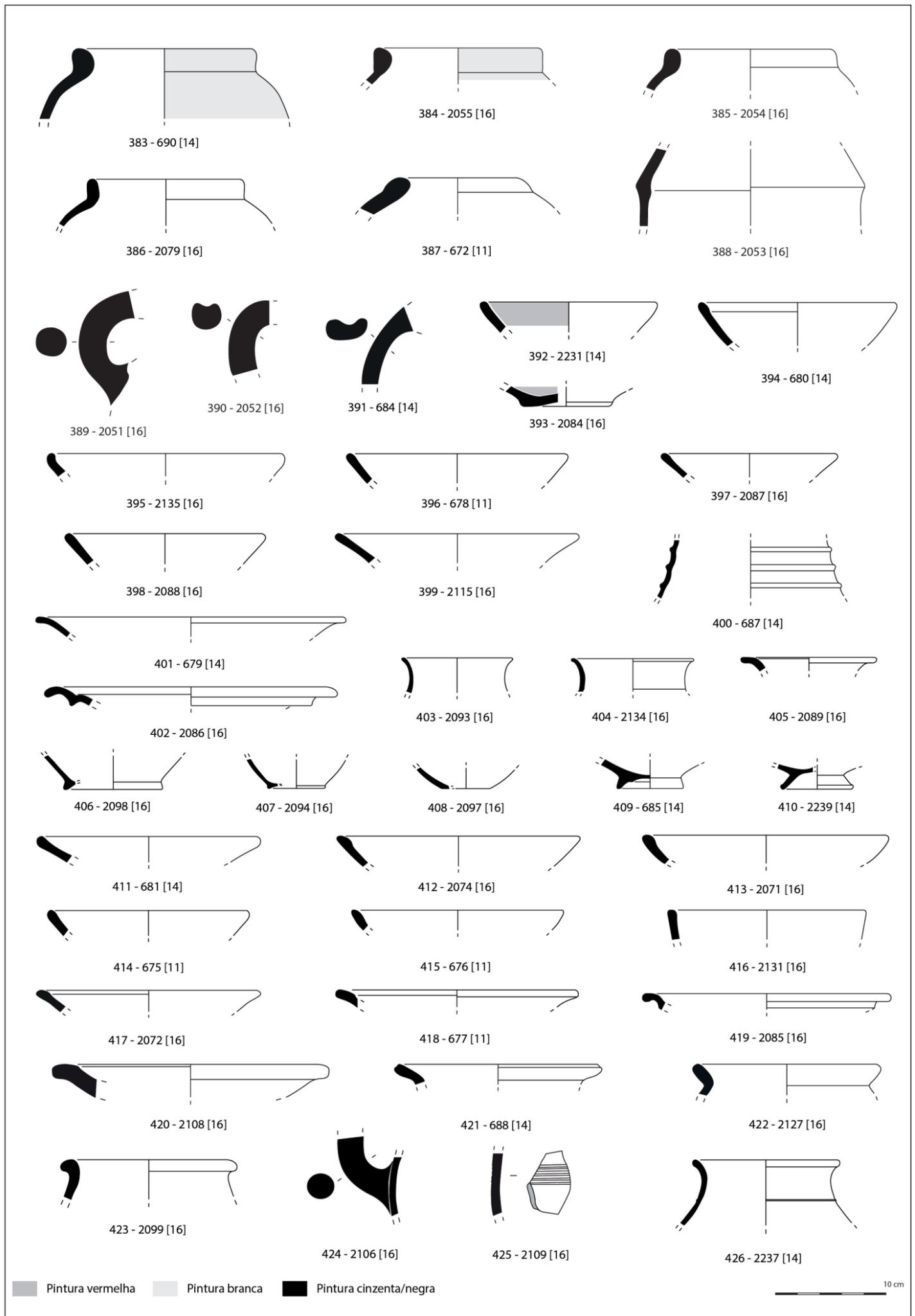


Figura 22. E2S2 – Materiais da Fase 5.A.

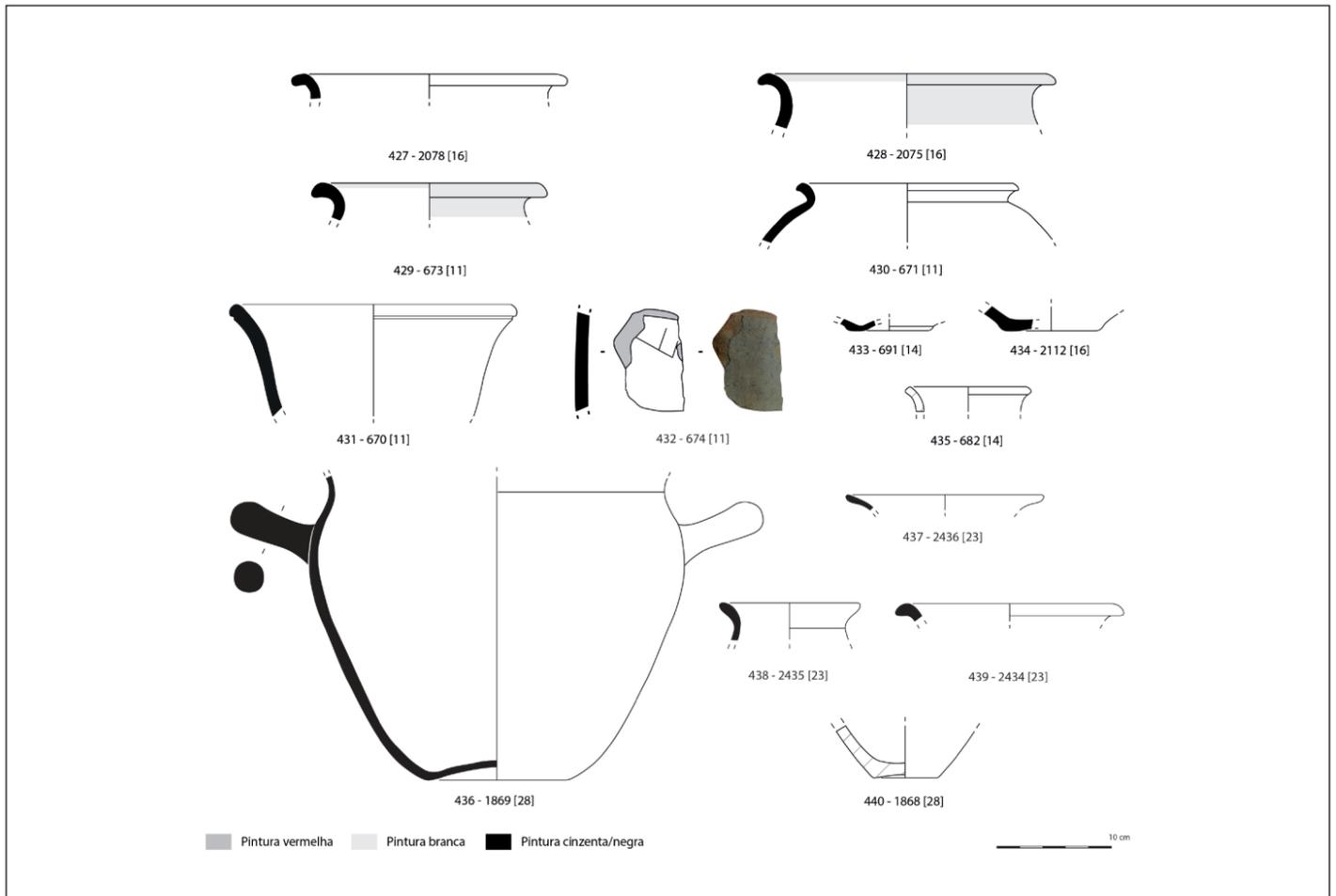


Figura 23. E2S2 – Materiais da Fase 5.B.

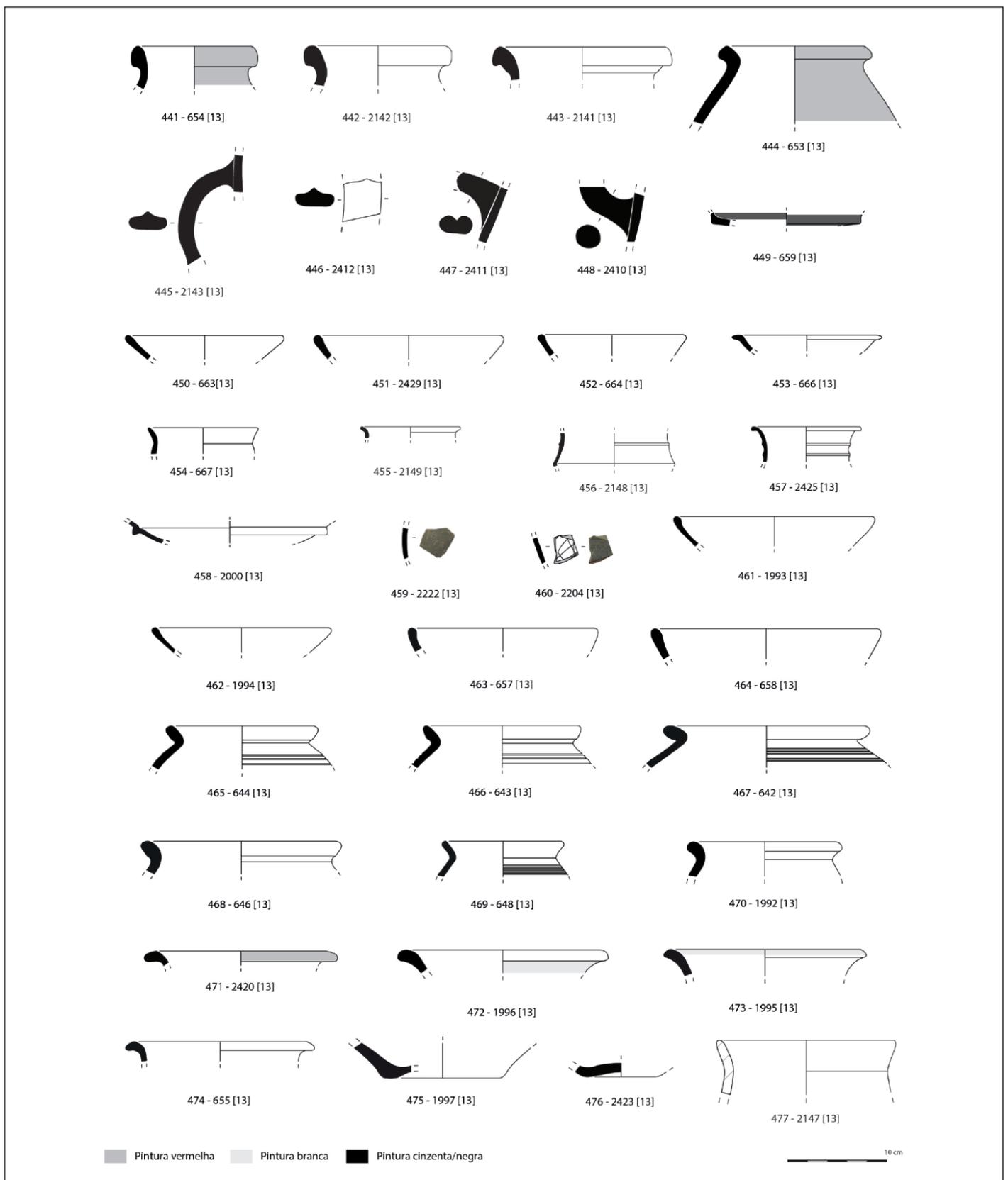


Figura 24. E2S2 – Materiais da Fase 5.c.

No que diz respeito ao enquadramento cronológico desta última fase de ocupação, as características do conjunto remetem claramente para um horizonte tardio, centrado, grosso modo, entre o século V e IV a.C. Neste âmbito, é relevante valorizar a peça de cerâmica cinzenta que parece inspirar-se no modelo grego do *krater* de sino, forma que, em Portugal, se documenta unicamente durante a primeira metade do século IV a.C. (Rouillard *et al.*, 1988-1989; Arruda, 1997; Arruda e Lopes, 2012). A confirmar-se esta relação, a fase 5.B (e conseqüentemente, também a 5.C) adquiriria esse *terminus post quem* para a sua formação, permitindo, pela primeira vez em Lisboa, caracterizar um momento mais preciso dentro da fase tardia da Idade do Ferro. Já no que concerne a sub-fase 5.A, ainda que seja estratigraficamente mais antiga, a presença de uma ânfora do tipo 5 de estuário do Tejo permite também assumir uma contemporaneidade com as fases subseqüentes, sendo relevante assinalar que se trata da primeira vez que esta morfologia é identificada num contexto primário pré-romano no Baixo Tejo.

3. DISCUSSÃO DOS DADOS

A sequência ocupacional da Idade do Ferro detectada no sector E2S2 é semelhante àquela já observada na área de CM (Sousa e Guerra, 2018) tendo, ainda assim, algumas diferenças que devem ser sublinhadas.

Os momentos iniciais da Idade do Ferro de ambos os espaços parecem corresponder às primeiras ocupações nesta zona da colina do Castelo de São Jorge, materializando-se em níveis de aterro depositados sobre o substrato geológico, que servem para regularizar o terreno para as construções subseqüentes (Fases 1). Neste âmbito, parece importante sublinhar que, mais uma vez, não foram detectados quaisquer níveis do final da Idade do Bronze. Com efeito, as primeiras construções desta zona englobam já modelos construtivos de planta aparentemente ortogonal e que terão muito provavelmente utilizado na sua construção técnicas mediterrâneas. A ausência de derrubes pétreos significativos e a identificação de fragmentos de adobe que terão pertencido, originalmente, a estas construções, indiciam a utilização de embasamentos pétreos (com uma altura que chega a atingir os 40 cm – fig. 6) sobre os quais se elevam as paredes com tijolos de adobe ou taipa. Os pavimentos associados consistem em sedimentos argilosos colmatados, na sua zona superior, por pequenas pedras e cerâmicas dispostas horizontalmente, ainda que o seu estado de conservação não permita aferir se esta técnica foi utilizada em todo o espaço.

Esta primeira fase arquitectónica, que é cronologicamente enquadrável no século VII a.C., é muito similar nos dois sectores analisados, tendo sido identificado, em ambos os casos, momentos de remodelação destes espaços, porventura contemporâneos (Fases 2).

Também significativa é a identificação de níveis relativamente espessos de sedimentos que soterram esta primeira fase de ocupação. Aqui, contudo, assinala-se uma diferença entre as realidades estratigráficas de ambos os sectores. Enquanto em CM as características destes depósitos indiciam dois momentos de deposição, datáveis, pelos materiais associados, da primeira e da segunda metade do século VI a.C. (Fases 3 e 4), no caso do E2S2 apenas a última etapa foi documentada (Fase 3), apesar de incorporar quantidades significativas de material residual.



Figura 26. E2S2 e CM – Planta final das estruturas da Idade do Ferro.

A presença predominante das produções a torno (sempre superior a 90% do conjunto) comparativamente com as tradições que transitam do Bronze Final (entre 1% e 5%) ao longo de toda a estratigrafia é, uma vez mais, de assinalar.

No quadro da análise geral do conjunto cerâmico recolhido no E2S2, cabe ainda destacar a escassa presença de materiais exógenos. Ainda que esta diferenciação esteja assente em observações macroscópicas, a distinção das produções locais tem sido corroborada por dados arqueométricos que foram obtidos em trabalhos anteriores (Ferreira *et al.*, 2020; Sousa *et al.*, 2020). No acervo material aqui apresentado, apenas sete fragmentos (7 NMI) não se integram nos grupos de fabrico típicos da área de Lisboa / Almaraz. Entre estes, um parece ser proveniente da área de Málaga, atendendo à presença de partículas de xisto na respectiva pasta (fig. 28 - S.N. (2117), e um outro é quase seguramente atribuível a uma produção da área mais interior do estuário do Tejo (ânfora do tipo 5 – fig. 28 - 387). Os restantes (fig. 28 - 32, 36, 195, 230 e 353) não podem, até ao momento, ser relacionados com áreas geográficas mais concretas.

Em termos específicos, este estudo permite também aumentar a caracterização morfológica dos conjuntos artefactuais da área centro atlântica peninsular e, mais em particular do Baixo Tejo, região para a qual as informações contextuais não são particularmente abundantes. Com efeito, até ao momento, apenas Lisboa e a Alcáçova de Santarém proporcionaram contextos estratigráficos seguros e quantitativamente significativos para a caracterização dos momentos iniciais da Idade do Ferro na região. E, no primeiro caso, os dados das escavações do Largo de Santa Cruz são os únicos que até agora permitiram uma leitura sequencial interrompida que se estende até aos meados do 1º milénio a.C.

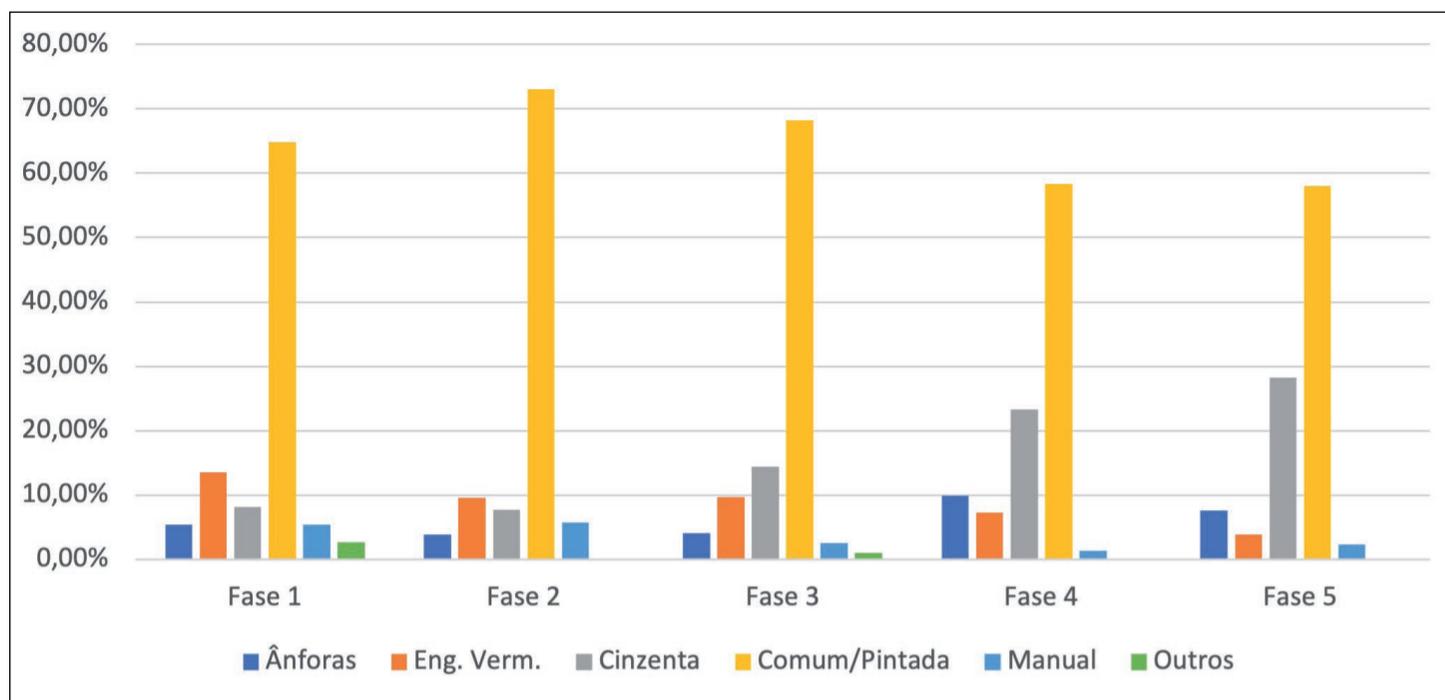


Figura 27. Distribuição das categorias de artefactos de acordo com as fases de ocupação (base NMI).



Figura 28. Fabricos dos fragmentos que não se enquadram nas produções regionais.

No que diz respeito à fase do século VII a.C., os elementos recuperados no E2S2 e CM permitem atestar a associação de sets específicos para o serviço de mesa, que incluem a cerâmica de engobe vermelho (pratos e taças carenadas), a cerâmica cinzenta (tigelas, pequenos vasos para beber e possivelmente também jarros) e de cerâmica comum (tigelas e pratos) que, em todos os casos, apresentam superfícies cuidadosamente polidas e/ou revestidas com engobes e aguadas. Já os contentores de armazenamento, também realizados a torno, incorporam sobretudo *pithoi* e vasos *a chardon*. Em todos os casos analisados, exibem pinturas monocromas ou bicromas (bandas paralelas e reticulados), estando, no primeiro caso, dotados de asas bífidas ou mesmo trífidas. A cerâmica manual, por sua vez, é sempre rara, estando representada por taças carenadas ou potes de perfil em S, sendo de assinalar a permanência da utilização de decorações brunidas. Ainda assim, e apesar da sua escassez, estes elementos denunciam a presença de indivíduos autóctones no povoado da Colina do Castelo de São Jorge, que seguramente

incorporavam os seus contingentes demográficos. De qualquer forma, mesmo as práticas culinárias parecem ter recorrido predominantemente à utilização de panelas feitas a torno, por vezes decoradas com caneluras incisadas na zona superior, cujos modelos são amplamente conhecidos em contextos fenícios do sul peninsular. Por último, entre os contentores anfóricos desta fase, cabe destacar o predomínio das produções locais (tipo 1 do estuário do Tejo), com algumas raras importações, muito provavelmente da área meridional andaluza, do tipo 10.1.2.1.

No que diz respeito ao século VI a.C., que no sector E2S2 está representado apenas nos momentos finais da centúria, as tendências já detectadas em CM não se alteram, acrescentando-se apenas algumas novas inclusões no repertório cerâmico que, em geral, se mantêm em continuidade com a fase precedente. Na cerâmica de mesa, a maior novidade é a presença de pratos de grande dimensão, com diâmetros que chegam a ultrapassar os 40 cm, e que surgem nas categorias de cerâmica de engobe vermelho e cerâmica comum, neste caso com superfícies polidas e aguadas esbranquiçadas. Como já foi referido, é uma morfologia inédita no repertório artefactual do Baixo Tejo, e cujo significado poderá estar associado com uma realidade arquitectónica detectada num outro sector intervencionado, presentemente em estudo, mas que provavelmente esteve relacionado com funções religiosas, pelo que reservamos uma análise mais detalhada destes elementos para um trabalho futuro. De resto, cabe ainda salientar a documentação de tampas, de engobe vermelho e produção cinzenta, até ao momento não documentadas nos níveis contemporâneos da cidade, assim como de uma trípole de cerâmica comum. Nesta fase cabe ainda destacar a presença do pentalfa inciso numa tigela de cerâmica comum, e da espiga estilizada pintada num fragmento de um recipiente de armazenamento, que é a primeira representação figurativa conhecida na região para esta fase cronológica. Recordamos que esta fase estratigráfica, caracterizada por estratos de aterro, estará relacionada com movimentações de terras das zonas próximas, pelo que estes elementos mais excepcionais poderão estar, uma vez mais, relacionados com o espaço religioso anteriormente referido.

As últimas duas fases do E2S2 são já integráveis nos séculos V e IV a.C., que se encontram relativamente bem caracterizadas na cidade, sobretudo com base nas escavações realizadas na Rua dos Correeiros (Sousa, 2014). Ainda assim, cabe salientar a identificação da forma 2Ba de cerâmica cinzenta, que até à data só tinha aparecido nas zonas mais baixas da colina (Filipe *et al.*, 2014) e, nesta mesma produção, das taças com elementos de preensão de estilo helenístico, e, sobretudo, da peça que parece ter sido inspirada nos *krater* de sino áticos. Em relação a esta última, o modelo original é relativamente bem conhecido na fachada ocidental atlântica, graças sobretudo ao espólio da necrópole de Alcácer do Sal, onde foram recolhidos cerca de dez exemplares de cerâmica ática de figuras vermelhas (Rouillard *et al.*, 1988-1989), sendo provável que esta forma específica tenha chegado também a Lisboa e à Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, 2019). Esta tentativa de emulação de certas características de vasos gregos em cerâmica cinzenta integra-se, ainda assim, num fenómeno mais amplo (Sousa e Pimenta, 2017) que, contudo, está ainda pouco caracterizado cronologicamente. Consequentemente, a sua documentação nas fases 4 e 5 do E2S2 permite associar claramente o início deste fenómeno à fase tardia da Idade do Ferro, assim como datar os respectivos contextos ao século V a.C. (fase 4) e primeira metade do século IV a.C. (fases 5.B e 5C). Por último, resta salientar a presença de uma ânfora do tipo 5 do estuário do Tejo, a primeira a ser identificada num contexto conservado, que permite corroborar a proposta cronológica avançada em trabalhos anteriores (Sousa e Pimenta, 2014, p. 308). Por outro lado, a sua

evidente associação a produções originárias do interior do estuário do Tejo permite vislumbrar a complexidade das dinâmicas comerciais regionais no quadro da circulação de produtos alimentares dos momentos tardios da Idade do Ferro, ainda que a compreensão desse fenómeno necessite, obrigatoriamente, de dados mais substanciais.

4. CONCLUSÃO

O estudo da Idade do Ferro em Lisboa é um percurso particularmente difícil. Não só a natureza urbana contínua dos espaços, mas também todas as condicionantes inerentes à prática da arqueologia em contexto urbano, são factores que criam obstáculos quase intransponíveis a uma leitura consubstanciada da evolução deste núcleo e, em particular, à caracterização dos seus momentos mais antigos.

Atendendo a estas limitações, a publicação integral dos dados estratigráficos e materiais que são obtidos deve ser encarada como uma obrigação deontológica, uma vez que é apenas com estes limitados indícios que se pode avançar na reconstrução da diacronia deste importante núcleo da fachada ocidental atlântica peninsular. Será unicamente através deste processo cumulativo de dados, que tem sido cada vez mais menosprezado no âmbito da actividade científica, que será possível esboçar os quadros de evolução tipológica e cronológica das distintas produções cerâmicas da foz do estuário do Tejo ao longo da Idade do Ferro e, conseqüentemente, avançar no estudo interpretativo da cidade e restante região. Neste âmbito, não podemos deixar de referir que quadros interpretativos mais recentes têm vindo a salientar o papel fundamental do núcleo de Lisboa / Almaraz no quadro do povoamento do Baixo Tejo durante toda a Idade do Ferro, não apenas como um possível espaço colonial, mas também como o principal abastecedor de produtos cerâmicos em toda essa área (Sousa, 2018; Sousa, 2022).

O volume de dados obtidos nas escavações do Largo de Santa Cruz são, neste âmbito, de uma importância singular. Apesar de todos os constrangimentos associados a esta obra, foi possível atingir o substrato geológico em determinadas áreas e recuperar sequências estratigráficas que esclarecem a evolução deste espaço. Em ambos os sectores estudados (ED2S2 e CM), os vestígios mais antigos não parecem recuar para trás do século VII a.C.

Contudo, a verdade é que este não corresponde à fase mais antiga da Idade do Ferro registada na área urbana de Lisboa. Com efeito, não apenas os dados recolhidos nas escavações da Rua de São Mamede ao Caldas (Pimenta *et al.*, 2014a) mas também os proporcionados pelas intervenções nos Armazéns Sommer (actualmente em estudo) indiciam que a ocupação deste núcleo começa ainda ao século VIII a.C., ainda que aparentemente tenha estado cingida, nesta fase inicial, às zonas mais baixas da Colina do Castelo de São Jorge. A confirmarem-se as propostas cronológicas avançadas para o Largo de Santa Cruz, a extensão do perímetro deste núcleo em direcção ao topo da colina, terá ocorrido em fase um pouco mais tardia, já no decurso da centúria seguinte. Também significativo é o facto de a fase do século VI a.C. estar, até ao momento, unicamente materializada em estratos de aterro, por vezes com potências consideráveis. Uma situação aparentemente semelhante e coeva terá sido detectada no Claustro da Sé de Lisboa (Aruda, 1999-2000, p. 115). Ainda assim, é difícil determinar se estas evidências anunciam um momento de instabilidade no decurso desta centúria, ou se corresponde apenas a processos pontuais coincidentes no decurso da formação do registo arqueológico. Não restam, contudo, grandes dúvidas que os centros produtores cerâmicos continuam a

funcionar durante estes momentos, pelo que a dinâmica ocupacional da foz do estuário do Tejo não parece ter sofrido particulares alterações neste momento.

O momento de reconstrução datável a partir dos meados do século V a.C. é, talvez, o mais evidente no espaço urbano, independentemente da cota altimétrica da colina. Com efeito, os dados da Rua dos Correeiros (Sousa, 2014) já indiciavam esta dinâmica, que agora se constata também na zona alta. Trata-se de um momento particularmente expressivo, registando-se não apenas um aumento da área ocupada, mas também uma notável reconfiguração dos repertórios cerâmicos, transversais a todas as categorias, que assume agora um carácter evidentemente regional, e que contrasta com os momentos precedentes, quando se observa uma notável similitude material com o litoral meridional da Península Ibérica. Ainda assim, o estuário do Tejo não está inteiramente fechado a influências externas, tendo adaptado e reinterpretado certas características da cultura material importada, como é o caso da cerâmica grega e mesmo talvez de alguns recipientes anfóricos (Sousa *et al.*, 2021, pp. 284-285).

Por último, é importante referir que a ausência de vestígios mais tardios da Idade do Ferro (século III – início do século II a.C.) poderá não ser significativa. Em toda a cidade, estes contextos são escassamente conhecidos, com apenas uma excepção conhecida (Rua de São João da Praça, em Pimenta *et al.*, 2014c), sendo conseqüentemente difícil a sua caracterização. Contudo, o principal factor que parece justificar esta carência parece relacionar-se com as dinâmicas construtivas das fases subseqüentes da ocupação de Lisboa, que seguramente destruíram os níveis mais recentes da fase pré-romana. Com efeito, mesmo no Largo de Santa Cruz, a situação mais frequentemente documentada foi a identificação de níveis dos séculos V/IV a.C. imediatamente por debaixo dos pavimentos das casas de época moderna e contemporânea.

Contribuição dos autores

- Conceção e redação: ES.
- Análise e interpretação dos dados: ES, SG.
- Revisão crítica: ES.
- Recolha de dados: ES, SG.
- Desenho gráfico: ES, SG.

BIBLIOGRAFIA

- Almagro-Gorbea, M. (2008) “Grafitos e inscripciones”, in Almagro-Gorbea, M. (dir.) *La necrópolis de Medellín. II. Estudio de los Hallazgos*. Madrid: Real Academia de la Historia, pp. 751-771.
- Arcelin, P. e Tuffreau-Libre, M. (dir.) (1998) *La quantification des céramiques. Conditions et protocole. Actes de la table ronde du Centre Archéologique Européen du Mont Beauvray*. Bibracte: Centre Archéologique Européen du Mont Beauvray.
- Arruda, A. M. (1997) *A cerâmica ática do Castelo de Castro Marim*. Lisboa: Colibri.
- Arruda, A. M. (1999-2000) *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra.
- Arruda, A. M. e Cardoso, J. L. (2015) “A necrópole da Idade do Ferro de Vale da Palha (Calhariz, Sesimbra)”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 22, pp. 301-314.
- Arruda, A. M. e Lopes, M. C. (2012) “Dois vasos gregos da necrópole do Cerro Furado (Baleizão, Beja – Portugal)”, *O Arqueólogo Português*, série 5 (2), pp. 401-415.

- Arruda, A. M. e Sousa, E. (2019) "The Greek pottery of the Tagus estuary", in Morais, R., Leão, D., Pérez, D. e Ferreira, D. (eds.) *Greek Art. Studies in honour of Sir John Boardman on the occasion of his 90th birthday*. Oxford: Archeopress, pp. 187-195.
- Arruda, A. M., Sousa, E., Ferreira, M., Lourenço, P. e Carvalho, A. (2021) *El Orientalizante em Portugal. Nuevos datos de Alcácer do Sal*, Cuadernos de Arqueología Mediterránea, 27. Barcelona: Edicions Bellaterra.
- Aubert, M.E., Maass Lindemann, G. e Schubart, H. (1975) "Chorreras: eine Phönizische Niederlassung östlich der Algarrobo-Mündung", *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts*, 16, pp. 137-168.
- Batalha, L. e Barros, L. (2018) "Alguns elementos novos sobre Almaraz", *Cira-Arqueologia*, 6, pp. 50-69.
- Calado, M., Pimenta, J., Fernandes, L. e Filipe, V. (2013) "Conjuntos cerâmicos da Idade do Ferro do Teatro Romano de Lisboa: as cerâmicas de engobe vermelho", in Arnaud, J., Martins, A. e Neves, C. (eds.) *Arqueologia em Portugal. 150 años*. Lisboa 2013. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 641-649.
- Fernández Jurado, J. (ed.) (1989-1990) *Tartessos y Huelva*, Huelva arqueológica X-XI. Huelva: Diputación de Huelva.
- Ferreira, L., Sousa, E., Pereira, M., Guerra, S. e Ferreira Machado, I. (2020) "An archaeometric study of Phoenician ceramics found at São Jorge Castle's hill in Lisbon", *Ceramics International*, 46 (6), pp. 7659-7666. <https://doi.org/10.1016/j.ceramint.2019.11.267>
- Filipe, V.; Calado, M.; Leitão, M. (2014) "Evidências orientalizantes na área urbana de Lisboa. O caso dos edifícios na envolvente da Mãe de Água do Chafariz d'El Rei", in Arruda A. M. (ed.) *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, vol. 2. Lisboa 2005. Lisboa: Centro de Arqueologia, pp. 736-747.
- González Prats, A. (ed.) (2014) *La Fonteta-2. Estudio de los materiales arqueológicos hallados en la colonia fenicia de la actual desembocadura del río Segura (Guardamar, Alicante)*. Alicante: Universidad de Alicante.
- Guerra, S. e Sousa, E. (2021) "Intervenções no Largo de Santa Cruz do Castelo 6-7: dados preliminares sobre a ocupação da Idade do Ferro", in *II Encontro de Arqueologia de Lisboa. Atas*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa e Câmara Municipal de Lisboa, pp. 11-35.
- Lourenço, P. (2008) "Os trípodas do Castelo de Castro Marim", *Promontoria*, 6, pp. 249-260.
- Maass Lindemann, G. (1983) "Chorreras 1980", *Mitteilungen des Deutschen Archäologischen Instituts*, 24, pp. 76-103.
- Mayet, F. e Silva, C. T. (2000) *Le site phénicien d'Abul (Portugal). Comptoir et sanctuaire*. Paris: De Boccard.
- Pimenta, J., Silva, R. e Calado, M. (2014a) "Sobre a ocupação pré-romana de Olisipo. A intervenção arqueológica urbana da Rua de São Mamede ao Caldas n.º 15", in Arruda A. M. (ed.) *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, vol. 2. Lisboa 2005. Lisboa: Centro de Arqueologia, pp. 712-723.
- Pimenta, J., Mendes, H., Arruda, A. M., Sousa, E. e Soares, R. (2014b) "Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos)", *Magos. Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos*, 1, pp. 39-58.
- Pimenta, J., Calado, M. e Leitão, M. (2014c) "Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. A intervenção da Rua de São João da Praça", in Arruda A. M. (ed.) *Fenícios e Púnicos, por terra e mar. Actas do VI Congresso Internacional de Estudos Fenícios e Púnicos*, vol. 2. Lisboa 2005. Lisboa: Centro de Arqueologia, pp. 724-735.
- Ramon Torres, J. (1995) *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo Central y Occidental*. Barcelona: Universidad.
- Rocha, A. dos S. (1908) "Memórias e explorações arqueológicas II. Estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira", *Portugália*, 2, pp. 302-356.
- Rouillard, P., Paixão, A. C., Villanueva-Puig, M. C. e Durand, J. L. (1988-1989) "Les vases grecques d'Alcácer do Sal", *O Arqueólogo Português*, 4 (6-7), pp. 43-108.

- Rufete Tomico, P. (1988-1989) “Las cerámicas con engobe rojo de Huelva”, *Huelva Arqueologica*, X-XI, pp. 10-40.
- Soares, J. e Silva, C. (1986) “Ocupação pré-romana de Setúbal: escavações arqueológicas na Travessa dos Apóstolos”, *Trabalhos de Arqueologia*, 3, pp. 87-101.
- Sousa, E. (2014) *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*. Lisboa: Centro de Arqueologia.
- Sousa, E. (2015) “The Iron Age Occupation of Lisbon”, *Madrider Mitteilungen*, 56, pp. 109-138. <https://doi.org/10.34780/mm.v56i0.1005>
- Sousa, E. (2016) “A Idade do Ferro em Lisboa: uma primeira aproximação a um faseamento cronológico e à evolução da cultura material”, *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 42, pp. 167-185. <http://dx.doi.org/10.15366/cupauam2016.42.006>
- Sousa, E. (2017) “Percorrendo o Baixo Tejo: Regionalização e Identidades Culturais na 2ª metade do 1º milénio a.C.”, in Celestino Pérez, S. e Rodríguez González, E. (eds.) *Territorios comparados: los vales del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. Madrid: CSIC, pp. 295-318.
- Sousa, E. (2018) “A tale of two (?) cities: Lisbon and Almaraz at the dawn of the Iron Age”, *Rivista di Studi Fenici*, 46, pp. 137-151.
- Sousa, E. (2021) “A cerâmica cinzenta do estuário do Tejo durante a Idade do Ferro: algumas precisões sobre a sua cronologia, tipologia, produção e consumo”, *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*, 47 (1), pp. 127-167. <https://doi.org/10.15366/cupauam2021.47.1.005>
- Sousa, E. (2022) “A dimensão marítimo-fluvial de Lisboa e do estuário do Tejo durante a 1ª Idade do Ferro”, *Scaena*, 3, pp. 30-43.
- Sousa, E. e Arruda, A. M. (2018) “A I Idade do Ferro na Alcáçova de Santarém (Portugal): os resultados da campanha de 2001”, *Onuba*, 6, pp. 57-95.
- Sousa, E. e Guerra, S. (2018) “A presença fenícia em Lisboa: novos vestígios descobertos no alto da colina do Castelo de São Jorge”, *Sagvntvm*, 50, pp. 57-88. <https://doi.org/10.7203/SAGVNTVM.50.10636>
- Sousa, E. e Pimenta, J. (2014) “A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro”, in Morais, R. e Fernández, Sousa, M. J. (eds.) *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia*, vol. 1, Monografias Ex Officina Hispana II. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 303- 316.
- Sousa, E. e Pimenta, J. (2017) “Produções cerâmicas de inspiração grega no Vale do Baixo Tejo”, in Arnaud, J., Martins, A. e Neves, C. (eds.) *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 887-896.
- Sousa, E., Pimenta, J., Mendes, H. e Arruda, A. M. (2016-2017) “A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal)”, *Cira-Arqueologia*, 5, pp. 9-32.
- Sousa, E., Pimenta, J., Silva, I., Mendes, H., Arruda, A. M. e Dorado-Alejos, A. (2020) “Ânforas da Idade do Ferro e de tradição pré-romana do Porto do Sabugueiro (Muge, Portugal)”, *Spal*, 29 (1), pp. 129-156. <https://doi.org/10.12795/spal.2020.i29.05>
- Sousa, E.; Pimenta, J.; Arruda, A. M. (2021) “A produção de ânforas na costa ocidental atlântica: o caso do estuário do Tejo”, in García Fernández, F. J. y Sáez Romero, A. M. (coords.) *Las ánforas turdetanas. Actualización tipológica y nuevas perspectivas*, Spal Monografías Arqueología XXXIX. Sevilha: Editorial Universidad de Sevilha, pp. 273-288.
- Sparkes, B. A. e Talcott, L. (1970) *Black and plain pottery of the 6th, 5th and 4th centuries B.C. The Athenian Agora*. Princeton-New Jersey: American School of Classical Studies at Athens.
- Torres Ortiz, M., López Rosendo, E., Gener Basallote, J. M., Navarro García, M. A. e Pajuelo Sáez, J. M. (2014) “El material cerámico de los contextos fenicios del “Teatro Cómico” de Cádiz: un análisis preliminar”, in Botto, M. (ed.) *Los Fenicios en la Bahía de Cádiz. Nuevas investigaciones*. Pisa-Roma: Fabricio Serra eds., pp. 51-82.
- VV.AA. (2003) *Tavira: território e poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.